

Entre o acolhimento e a exclusão - perspetivas de pessoas em situação de sem-abrigo e o (não) lugar da educação de adultos nos percursos de integração social

Inês Azevedo Barbosa

M

2025



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

**ENTRE O ACOLHIMENTO E A EXCLUSÃO - PERSPETIVAS DE PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO E O (NÃO) LUGAR DA EDUCAÇÃO DE
ADULTOS NOS PERCURSOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL**

Inês Azevedo Barbosa

Junho, 2025

Dissertação apresentada no Mestrado em Educação e Formação de Adultos, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Doutora Ana Luísa Costa (FPCEUP) e coorientada pela Professora Doutora Isabel Menezes (FPCEUP).

*“és um sem-abrigo.
Talvez isso faça interessar-me pela rua
pelas noites frias que esperei até que o inverno passasse,
pelos natais que ocupei com sopas quentes que não sabiam a nada.
Eu prefiro um beco escuro contigo a esses cem abrigos que tenho.
Porque tu levas contigo a mobília mais bonita que alguma vez vi,
[tu própria.”*

Daniel Xavier Lopes

Resumo

As pessoas em situação de sem-abrigo, apesar das respostas sociais desenvolvidas para a sua integração, continuam bastante presentes pelas ruas do Porto. Para estudar de forma crítica esta realidade, a presente investigação – desenvolvida no âmbito do Mestrado em Educação e Formação de Adultos – procurou ser um espaço de escuta e reflexão sobre as perspetivas das pessoas em situação de sem-abrigo relativamente às respostas sociais de integração.

A investigação desenvolveu-se a partir dos sujeitos e dos seus territórios, através de uma metodologia qualitativa, mais concretamente de uma etnografia de curta duração. Este método permite explorar os significados em contexto, preservando os territórios, os hábitos, e os costumes da comunidade. A par da observação participante, procurou-se igualmente problematizar os estigmas e os preconceitos associados à vivência em situação de sem-abrigo.

Assim, este estudo visa dar resposta à seguinte questão de investigação: Como é que as pessoas em situação de sem-abrigo percecionam e experienciam as respostas sociais no Porto? E, em articulação, compreender qual é o (não) lugar da educação de adultos nestes percursos.

Os achados revelam que a maioria das pessoas participantes, não descreve de forma positiva as respostas sociais às quais têm acesso, sobretudo no que se refere às respostas habitacionais, frequentemente percecionadas como assistencialistas. Este dado pode sinalizar o risco de manutenção prolongada da condição de sem-abrigo, sempre que não existam respostas que promovam efetivamente a (re)integração social.

A educação de adultos manteve-se praticamente ausente nas falas das/dos participantes, o que pode abrir caminho para investigações futuras estudarem a forma como a educação é reconhecida. Contudo, enquanto etnógrafa, foi possível reconhecer e evidenciar diferentes formas de educação – não-formal e informal – presentes em vários momentos dos processos de integração social.

Palavras-chave: Pessoas em situação de sem-abrigo, exclusão social, educação de adultos, integração social, participação cívica

Abstract

Despite the social responses developed for their integration, homeless people continue to be very present on the streets of Porto. To critically study this reality, this research—developed as part of a Master's degree in Adult Education and Training—sought to be a space for listening and reflection on the perspectives of homeless people regarding social responses to integration.

The research was developed based on the subjects and their territories, using a qualitative methodology, more specifically short-term ethnography. This method allows for the exploration of meanings in context, preserving the territories, habits, and customs of the community. Alongside participant observation, an effort was also made to problematize the stigmas and prejudices associated with experiencing homelessness.

Thus, this study aims to answer the following research question: How do homeless people perceive and experience social responses in Porto? And, in conjunction with this, to understand the (non) place of adult education in these trajectories.

The findings reveal that most participants do not describe the social responses they have access to in a positive light, especially with regard to housing responses, which are often perceived as welfare-oriented. This finding may signal the risk of prolonged homelessness when there are no responses that effectively promote social (re)integration.

Adult education was virtually absent from the participants' statements, which may pave the way for future research to study how education is recognized. However, as an ethnographer, it was possible to recognize and highlight different forms of education—non-formal and informal—present at various stages of the social integration processes.

Keywords: Homeless people, social exclusion, adult education, social integration, civic participation

Résumé

Malgré les réponses sociales mises en place pour favoriser leur intégration, les personnes sans domicile continuent d'être très présentes dans les rues de Porto. Afin d'étudier cette réalité de manière critique, cette recherche, développée dans le cadre d'un master en éducation et formation des adultes, a cherché à créer un espace d'écoute et de réflexion sur les perspectives des personnes sans domicile concernant les réponses sociales à l'intégration.

La recherche a été développée à partir des sujets et de leurs territoires, en utilisant une méthodologie qualitative, plus précisément l'ethnographie à court terme. Cette méthode permet d'explorer les significations dans leur contexte, en préservant les territoires, les habitudes et les coutumes de la communauté. Parallèlement à l'observation participante, un effort a également été fait pour problématiser les stigmates et les préjugés associés à l'expérience de l'itinérance.

Ainsi, cette étude vise à répondre à la question de recherche suivante : comment les personnes sans domicile fixe perçoivent-elles et vivent-elles les réponses sociales à Porto? Et, parallèlement à cela, à comprendre la (non-) place de l'éducation des adultes dans ces parcours.

Les résultats révèlent que la plupart des participants ne décrivent pas les réponses sociales auxquelles ils ont accès de manière positive, en particulier en ce qui concerne les réponses en matière de logement, qui sont souvent perçues comme axées sur l'aide sociale. Ce constat peut signaler le risque d'une situation de sans-abrisme prolongée en l'absence de réponses favorisant efficacement la (ré)intégration sociale.

L'éducation des adultes était pratiquement absente des déclarations des participants, ce qui pourrait ouvrir la voie à de futures recherches sur la manière dont l'éducation est reconnue. Cependant, en tant qu'ethnographe, il a été possible de reconnaître et de mettre en évidence différentes formes d'éducation – non formelle et informelle – présentes à différentes étapes des processus d'intégration sociale.

Mots-clés: personnes sans domicile fixe, exclusion sociale, éducation des adultes, intégration sociale, participation civique

Índice

INTRODUÇÃO	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1. “SEM-ABRIGO”?	3
2. A EXCLUSÃO SOCIAL E A POBREZA	6
2.1. A LUTA PELA ERRADICAÇÃO DA POBREZA SERÁ UMA UTOPIA?	9
2.2. VIVER EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO: A FORMA MAIS EXTREMA DA EXCLUSÃO SOCIAL	10
3. ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO – POLÍTICA PORTUGUESA	11
3.1. Os NÚCLEOS DE PLANEAMENTO E INTERVENÇÃO SEM-ABRIGO (NPISA): NPISA PORTO E A ESTRATÉGIA MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE PSSA (2020-2023)	16
4. A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS	19
4.1. A EDUCAÇÃO DE ADULTOS COMO UMA FORMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	23
PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO	25
1. QUESTÃO E OBJETIVOS INVESTIGATIVOS	25
2. MÉTODO INVESTIGATIVO	25
3. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS	26
4. ACESSO AO TERRENO E O “EU” INVESTIGADORA	27
5. PROCEDIMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	30
6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS ACHADOS	31
6.1. QUEM SÃO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO? UM OLHAR ETNOGRÁFICO	32
6.1.1. <i>As condições da rua e a perpetuação do estigma social</i>	32
6.1.2. <i>As ruturas sociofamiliares</i>	37
6.1.3. <i>Sentimento de pertença social e construção de relações</i>	39
6.2. PERSPETIVAS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO SOBRE AS RESPOSTAS SOCIAIS DO PORTO 41	41
6.2.1. <i>Sentimento de frustração e desânimo face à ausência de respostas sociais</i>	41
6.2.2. <i>Positividade face às respostas sociais encontradas</i>	45
6.3. ACOLHIMENTO OU EXCLUSÃO? – VIVÊNCIAS NO ALOJAMENTO SOCIAL	47
6.3.1. <i>Rigidez e barreiras burocráticas</i>	49
6.3.2. <i>Falta de vínculo e ausência de pertença ao Alojamento Social</i>	53
7. A EDUCAÇÃO (IN)VISÍVEL E OS CAMINHOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	57
7.1. A EDUCAÇÃO FORMAL NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO	58
7.2. A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NAS RESPOSTAS SOCIAIS	59
7.3. A EDUCAÇÃO INFORMAL: O INVISÍVEL NO QUOTIDIANO	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

Índice de Abreviaturas

ANEFA - Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos

CRVCC - Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

EFA - Educação e Formação de Adultos

FEANTSA - Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

ISS - Instituto da Segurança Social, I.P.

NPISA - Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

SGMTSSS - Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Índice de figuras

Figura 1 - Retrato etnográfico feito por uma das pessoas acompanhada

Figuras 2 e 3 - Ponto de encontro na Batalha

Figura 4 - Atividade “flor do conhecimento”

Figura 5 - Atividade “estendal dos afetos”

Figura 6- Desenho das casas dos planetas

Introdução

As pessoas em situação de sem-abrigo mantêm-se bastante visíveis na cidade do Porto, apesar das inúmeras respostas sociais criadas para colmatar esta problemática. Neste contexto, compreende-se que as políticas destinadas a estas pessoas são frequentemente pensadas para um sujeito abstrato – encarado como real – e não para as pessoas concretas que delas irão beneficiar (Aldeia, 2014). A primeira política pública especificamente dirigida a estas pessoas foi a Estratégia Nacional para a Integração Social de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, desenvolvida em 2009 (ENIPSSA, 2009), e cuja terceira edição, a ENIPSSA 2017-2023 terminou, dando lugar à ENIPSSA 2025-2030.

O presente estudo, realizado no âmbito do Mestrado em Educação e Formação de Adultos, procurou explorar e compreender a realidade de viver em situação de sem-abrigo na cidade do Porto, com particular enfoque nas respostas sociais orientadas para a integração social destas pessoas. Neste cenário, a Educação de Adultos, emerge como uma dimensão fundamental a considerar, na medida em que viver em situação de sem-abrigo não se resume à ausência de habitação, mas implica uma privação de oportunidades de acesso aos direitos de cidadania (Somerville, 2013; Aldeia, 2014; Menezes, 2012), encontrar outro autor que a própria educação pode e deve promover.

O interesse académico nesta área parte também de um interesse profundamente pessoal. Ao realizar voluntariado com pessoas em situação de sem-abrigo, desde cedo fui sensibilizada para as desigualdades sociais e para a forma como, muitas vezes, a sociedade, invisibiliza quem vive pelas ruas. A vontade de compreender de forma ainda mais profunda algumas das dinâmicas que conduzem esta exclusão social, deu lugar a este estudo.

Com vista a aprofundar os temas referidos, a investigação organizou-se em duas partes principais: A primeira parte corresponde ao enquadramento teórico, onde se abordam o estigma associado à situação de sem-abrigo, a descrição deste fenómeno, a exclusão social e a pobreza – destacando-se a situação de sem-abrigo como expressão mais radical dessa exclusão (Bruto da Costa, 1998). Além disso, explicita-se a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA), o papel dos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) e, destaca-se a Educação e Formação de Adultos e o seu potencial nos processos de integração social. A segunda parte diz respeito ao estudo empírico, no qual se apresentam a questão de investigação e os objetivos do estudo, o método e as técnicas de recolhas de dados, o

acesso ao terreno e os procedimentos adotados e, finalmente, a apresentação e discussão dos achados da investigação, culminando com as considerações finais.

Parte I - Enquadramento teórico

1. “Sem-abrigo”?

As pessoas em situação de sem-abrigo experienciam um dos processos sociais mais complexos da sociedade atual, que se caracteriza pela privação de direitos sociais e por uma violação dos Direitos Humanos (Cole & Lynch, 2003). Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos tenha declarado o direito a uma habitação condigna em 1991, as Nações Unidas continuam a identificar a situação de sem-abrigo como uma crise urgente dos Direitos Humanos (Fowler et al., 2019).

A obra *As vozes do silêncio*, deixa claro que a situação de sem-abrigo “acarreta grandes dificuldades físicas e mentais, é estar vulnerável e excluído de privilégios e direitos sociais” (Pereira, et al., 2017). Neste sentido, compreende-se que a falta de morada não se limita à falta de abrigo físico, representando antes a privação de múltiplas dimensões - fisiológica, emocional, territorial, ontológica e espiritual (Somerville, 2013).

Apesar da permanência do uso do termo “sem-abrigo”, a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo de 2017-2023 adotou a designação de “Pessoa em Situação de Sem-Abrigo”. Este conceito permite descrever a condição atual da pessoa, sem a reduzir a essa mesma situação, procurando assim contrariar preconceitos e imagens estereotipadas acerca das pessoas que vivem em situação de sem-abrigo, e que lhes causam sofrimento, assegurando uma narrativa mais dignificante.

Segundo a Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo (FEANTSA, 2005), as pessoas em situação de sem-abrigo não são apenas as que se encontram a viver em espaços públicos, nos quais se veem obrigadas a passar muitas horas do seu dia, mas também todas as que vivem em condições habitacionais precárias em risco de despejo, ou em estruturas institucionais como abrigos, pensões ou centros de acolhimento. Igualmente, Bento e Barreto (2002) identificam diversas configurações desta realidade:

- Pessoas a viver na rua;
- Cidadãos que ocupem habitações de forma ilegal;
- Residentes em centros de acolhimento;
- Indivíduos/os a viver em pensões, com amigos/familiares, em instituições, em estabelecimentos de cuidados infantis, ou em hospitais;
- Pessoas com habitações que não se podem considerar socialmente aceitáveis.

Todos estes cenários demonstram dois fatores estruturais comuns - a falta de meios ou recursos (pobreza) e de laços comunitários (exclusão social) para acederem a um alojamento pessoal adequado.

Contudo, como foi previamente referido, a expressão “sem-abrigo” continua a ser amplamente utilizada para descrever um suposto grupo – “os sem-abrigo” – tradicionalmente retratado como homogêneo e constituído por homens de meia-idade com comportamentos aditivos, sobretudo consumo de álcool (Semedo, 2012). Na representação social dominante, estas pessoas são frequentemente associadas a imagens estigmatizantes, construídas a partir de um olhar que os considera uma “...borradela na estética das cidades” (Machado Pais, 2006, p. 26), sendo alvo de processos de descrédito e exclusão.

Ao longo dos seus dias, são alvo de hostilidade em diversos espaços públicos e comerciais, onde escutam expressões como “Sai daqui”, remetendo-as ao que é considerado o seu “habitat natural” - a rua, consideradas, como se fossem seres desajustados da convivência social. Em resposta a estes episódios, podem surgir reações defensivas por parte de pessoas em situação de sem-abrigo, reflexo do fenómeno de abandono e exclusão que vivenciam, e dos sentimentos de rejeição que enfrentam diariamente (Machado Pais, 2006).

Estas concepções estigmatizantes negam a diversidade de comportamentos, histórias de vida, formas de estar e vivências de todas as pessoas que este termo possa abarcar (Aldeia, 2012), reforçando o estigma que lhes é associado, que as desacredita profundamente, estilhaçando a sua identidade e impedindo-as de ser socialmente aceites (Goffman, 1963). Importa salientar que estas representações são, por vezes, inadvertidamente, reforçadas pelas equipas técnicas, que referem fatores como a motivação e a ausência de competências individuais como explicações para a condição vivida, responsabilizando-as e perpetuando as dimensões de vulnerabilidade e exclusão que estão na origem desta condição (Nave et al., 2022).

De forma complementar, Aldeia (2012) explicita que nas sociedades contemporâneas, a situação de sem-abrigo tende a ser compreendida, na sua generalidade, através de causas individuais quando, frequentemente ocorre e se desenvolve por fatores estruturais. Esta leitura contribui para a invisibilização dos problemas relacionados com os mercados laboral e habitacional, bem como a ação estatal e institucional do setor da “assistência”, induzindo uma culpabilização centrada nas pessoas em situação de sem-abrigo.

Menezes (2012) afirma que é difícil estabelecer uma definição unívoca para este fenómeno social, uma vez que as pessoas em situação de sem-abrigo não constituem uma categoria isolada da sociedade (Aldeia, 2012). Não definir este fenómeno não compromete o seu estudo e a sua compreensão, antes enriquece a experiência empírica enquanto uma fonte válida para ser possível apreender quem são as pessoas com quem se interage, e que podem ser consideradas, ou não, uma pessoa em situação de sem-abrigo (Aldeia,

2012). O essencial é reconhecer que estão em causa percursos marcados por diferentes níveis de instabilidade, desafiliação, perdas e ruturas (Nave et al., 2022), demonstrando que a exclusão habitacional é considerada o grande ponto em comum de quem está nesta condição (Jesus, 2008).

Uma “casa” vai para além dos seus aspetos físicos e materiais, é uma referência de segurança e de pertença social. A perda implica não apenas a ausência de um lugar físico, mas também o afastamento da família, dos amigos, do emprego, e da própria realidade, podendo despoletar sentimentos de desmotivação, baixa autoestima, estados de humor depressivos, ou a procura de refúgio no consumo de substâncias psicoativas (Menezes, 2012). A perda de uma morada estável potencia, assim, dinâmicas de desafiliação social (Agulles & Cárcel, 2023).

Paralelamente à definição do fenómeno, a quantificação das pessoas que nele estão inseridas, também deve ser problematizada, visto que se torna redutor olhar para esta problemática seguindo a linha quantificadora. A propósito, Machado Pais (2006, p.31) afirma “não me importo quantos são - os poucos que sejam são muitos”. Ademais, a quantificação, a contagem, depara-se com várias limitações: muitas destas pessoas podem sair das zonas mais vistas, como as baixas das cidades onde são procuradas durante o dia, o que limitaria a sua contagem, e ainda há quem não utilize qualquer serviço de solidariedade social, tornando menor a probabilidade da sua contabilização (Aldeia, 2012).

Este desafio é ilustrado por uma notícia publicada no Jornal *Público*, “Câmara diz que há menos sem-abrigo no Porto (...) Associações relatam aumento abismal” (Pinto, 2024). Neste exemplo, as associações, que atuam diariamente no terreno, discordam dos dados oficiais acerca do número de pessoas em situação de sem-abrigo, demonstrando as limitações e as incongruências das estimativas disponíveis.

Deste modo e perante a complexidade da problemática, a resposta à falta de moradia exige, mais do que a disponibilização de um espaço habitacional, requer o reconhecimento de abordagens interventivas diversificadas, flexíveis e específicas, orientadas para a promoção caminhos de reconstrução relacional, e para o desenvolvimento de uma segurança ontológica (Somerville, 2013). Importa impulsionar a autonomia destas/destes indivíduos/os, através do empoderamento, com vista a aumentar o controlo sobre a própria vida (Jesus & Menezes, 2010). Igualmente relevante, é a construção de políticas preventivas e de intervenção precoce, sustentadas no conhecimento aprofundado dos percursos de vida destas pessoas, assegurando a sua escuta e participação ativa nos processos de intervenção e de mudança (Menezes, 2012).

Desta forma, e dada a urgência de que os trabalhos de intervenção realizados com as pessoas em situação de sem-abrigo, importa referir um exemplo significativo de

intervenção centrada na pessoa - o modelo *Housing First*, que será aprofundado ao longo da dissertação. Esta abordagem, iniciada Nova Iorque, em 1992, e implementado em Lisboa, pela primeira vez, em 2009, assume a habitação como ponto de partida e não como meta final, promovendo a autonomia pessoal e a inclusão social (Martins, 2018; Nave et al., 2022).

2. A exclusão social e a pobreza

A expressão “exclusão social” surgiu em meados da década de 1970, com o objetivo claro de salientar que, apesar do desenvolvimento económico e social, uma parte significativa da população permanecia à margem dos benefícios desse progresso. A partir de uma análise aprofundada do conceito, e seguindo a perspetiva de Capucha (2005), compreende-se que a exclusão está diretamente associada à ausência de oportunidades de participação na vida social e do impedimento do exercício da cidadania, ambos fundamentais para o acesso a um conjunto de domínios sociais fundamentais.

A exclusão social surge, assim, com a agudização das desigualdades sociais, distinguindo as pessoas que podem mobilizar recursos para participar plenamente na vida social daqueles que, pela ausência desses recursos, se veem incapacitados de o fazer (Rodrigues, et al., 1999).

De acordo com Capucha (2005), o sistema social é composto por cinco domínios: o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas. O domínio social refere-se aos grupos e comunidades, desde os mais próximos aos mais distantes, subdividindo-se entre grupos imediatos (como a família e a vizinhança), intermédios (no caso de uma associação cultural) e amplos (como a comunidade local); O domínio económico, engloba os mecanismos geradores de recursos (mercado de trabalho, sistema da segurança social), o mercado de bens e serviços, assim como o sistema de poupanças; O domínio institucional diz respeito aos sistemas prestadores de serviços - como o educativo, o da saúde, o de justiça, e pelas instituições ligadas aos direitos cívicos e políticos; O domínio territorial, refere-se à localização geográfica e aos impactos que esta pode gerar, como, nomeadamente, um bairro social; Por fim, o domínio das referências simbólicas, que alude às perdas de identidade pessoal, social, à autoestima, e ao sentido de pertença a uma comunidade.

Todos estes domínios inter-relacionam-se e podem sobrepor-se, criando diferentes graus de exclusão (Bruto da Costa, 1998). A exclusão de qualquer um destes sistemas sociais revela a presença de fenómenos de exclusão social mais amplos, sustentados por um conjunto de mecanismos estruturais que contribuem para a reprodução de situações de desigualdade (Fernandes, 2014). Este processo é, assim, definido como uma

combinação de carências de meios económicos, fragilidade das redes sociais, e acesso limitado a direitos sociais e cívicos, incapacitando outras áreas da vida como a educação e a saúde. Falar de inclusão e exclusão remete, fundamentalmente, para a pertença, ou ausência desta, a uma esfera social estabelecida e reconhecida. Estar excluído significa, nesse sentido, enfrentar barreiras socialmente construídas, exercidas em relações de poder, que impedem o reconhecimento e a participação plena no espaço social (Bruto da Costa, 1998).

A este propósito, Castel (1999) concebe a exclusão social como um processo extremo e descendente, marcado por várias ruturas - nomeadamente, dos laços sociais, familiares e afetivos que, resultam assim numa cisão entre a pessoa e a sociedade, colimando na sua dessocialização – uma manifestação extrema do processo de exclusão (Clavel, 1998).

Neste contexto, Paugam (2009) identifica quatro tipos de laços sociais, cuja fragmentação podem estar na base da exclusão social:

- os laços de filiação, de natureza familiar, que têm funções ao nível da socialização e da construção da identidade individual, simbolizando, ainda, redes de proteção;
- os laços de participação, desenvolvidos nos grupos de pertença, fora do seio familiar, cuja rutura pode conduzir ao isolamento relacional;
- os laços de participação orgânica, resultantes das relações do mundo profissional, cuja quebra pode gerar sentimentos de improdutividade, humilhação social, e, conseqüentemente, desenvolver processos de vulnerabilização;
- os laços de cidadania, desenvolvidos entre elementos de uma comunidade política, que asseguram a proteção de direitos e a integração ativa do sujeito na vida social.

Assim como Capucha (2005) explicita, o rompimento das relações sociais desencadeia um percurso de desafiliação composto por quatro etapas:

1ª: A rutura social, é o primeiro momento de quebra com os principais sistemas de integração, como a família ou o emprego.

2ª: O encadeamento de ruturas, que ocorre já depois da rutura social inicial, envolvendo uma acumulação de falhas em vários domínios, como a perda de habitação, dificuldades económicas, isolamento social.

3ª: O assistencialismo, que simboliza a sobrevivência face às ruturas sentidas – o sujeito começa a depender de apoios pontuais.

4ª: A aculturação à exclusão, em que se dá uma adaptação à condição de exclusão. Esta fase é marcada por perda de referências normativas, desmotivação e resignação.

Por sua vez, cada uma destas etapas integra três fases de reação psicológica: a resistência, a adaptação e a instalação na situação de exclusão social (Capucha, 2005).

A perda das relações sociais resulta de acontecimentos que contribuem para a desintegração social, desencadeando fenómenos psíquicos e simbólicos, como a auto-estigmatização e a interiorização de uma imagem negativa sobre si. Estes eventos podem, igualmente, originar estratégias de resistência e defesa, uma vez que se trata de um processo de desintegração social profunda, que provoca sentimentos de ameaça de desclassificação, isto é, de perda do seu lugar na sociedade (Capucha, 2005).

Com isto, é visível que a expressão “exclusão social” remete-nos para um problema de cidadania (Costa, 1998), onde os sujeitos se veem impossibilitados de aceder ao que lhes deveria ser garantido. Importa sublinhar que estas/estes indivíduos/os, os “excluídos” não constituem uma ordem, uma categoria. Elas/eles, são antes, uma lembrança de uma falha, uma lacuna do tecido social (Rosanvallon, 1995), onde a sociedade pode tomar consciência de si mesma e dos seus disfuncionamentos (Paugam, 1996). Este processo torna-se particularmente evidente nos casos de pessoas em situação de sem-abrigo, que vivem as consequências extremas dessa exclusão.

Segundo Bruto da Costa (1998), a pobreza é umas das várias formas de exclusão social, sendo, porém, a mais generalizada. Apesar de muitas vezes serem confundidos, os conceitos de exclusão social e pobreza são distintos. No entanto, estão interligados e podem complementar-se, já que frequentemente se reforçam mutuamente. Segundo Pereirinha (1992),

O conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspeto distributivo do fenómeno (a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade). Já o conceito de exclusão social acentua os aspetos relacionais do fenómeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social (p. 170).

Neste sentido, a pobreza define-se como um conjunto de exclusões, marginalidades sociais e privação de recursos, sejam eles materiais ou culturais (Almeida, et al., 1992).

A pessoa em situação de pobreza encontra-se excluída de diversos sistemas sociais. No domínio económico, regista-se uma ausência de acesso a mecanismos geradores de rendimento e ao mercado de trabalho o que, por sua vez, limita o acesso ao mercado de serviços e bens essenciais. No domínio institucional, compreende-se que o acesso de uma família considerada pobre aos serviços de saúde, educação, formação, de

habitação social estão vedados, ou revelam-se como insatisfatórios. No plano das relações sociais, a pobreza tende a restringir os círculos de convivência, especialmente em situações de desemprego, conduzindo a uma perda progressiva da sua identidade social. A exclusão territorial manifesta-se tanto com as pessoas e as suas famílias como nos contextos habitacionais em que vivem, como bairros degradados. E, por fim, no domínio das referências simbólicas - que acabam por corresponder a várias consequências de exclusões de outros sistemas sociais - evidenciam-se perdas no que respeita à identidade pessoal, ao sentimento de pertença à sociedade, às aspirações pessoais, à autoconfiança, acompanhadas de um aumento do conformismo e resignação com a situação vivida (Bruto da Costa, 1998).

Com isto, privadas destes direitos básicos, do acesso aos sistemas sociais, as pessoas em situação de pobreza encontram-se destituídas de poder e fortemente limitadas na sua participação cívica e política, revelando como um problema de cidadania (Bruto da Costa, 1998), tal como mencionado na exclusão social o que, demonstra a complementaridade destes dois problemas sociais.

Os principais fatores e mecanismos que originam e perpetuam a pobreza e, por sua vez, a exclusão social, estão presentes no modo como a sociedade se organiza e funciona, nos estilos de vida, nas culturas das comunidades, assim como na estruturação do poder. Assim, a permanência nesta condição torna mais difícil a sua superação, pela reprodução de impedimentos ou obstáculos, sendo necessário um acompanhamento individualizado.

2.1. A luta pela erradicação da pobreza será uma utopia?

Bruto da Costa (1998) sublinha a necessidade de distinguir privação de pobreza para que se possa compreender e combater este fenómeno. A pobreza configura-se como uma consequência da privação, que se desenvolve a partir da insuficiência de recursos. Deste modo, a privação denota-se pelas más condições de vida, e tende a assumir um carácter múltiplo, uma vez que, frequentemente uma privação conduz a outras.

Estas privações podem ocorrer em diversas dimensões da vida quotidiana: Privações na alimentação, no vestuário, nos transportes, na comunicação, nas condições habitacionais, nas possibilidades de escolha, ao nível da educação e da formação, da saúde ou da cultura. A privação múltipla torna-se clara, quando se consideram as más condições habitacionais e nas consequências negativas que podem gerar ao nível da saúde (Bruto da Costa, 1998).

Desta forma, o contexto de vida vai afetando estas pessoas, em aspetos da sua personalidade. Alteram-se hábitos, rotinas, comportamentos, vão-se modificando redes sociais, podendo originar uma perda de identidade pessoal. É importante sublinhar que

este caminho não simboliza a experiência de todas as pessoas em situação de pobreza, mas antes caracteriza um percurso espectável da privação severa (Bruto da Costa, 1998).

A relação das pessoas em situação de pobreza com a sociedade tende a ser marcada pela indigência, pelo distanciamento das relações sociais e por uma percepção do futuro entendida como um destino inevitável. Esta visão evidencia a gravidade do fenómeno, onde a pobreza não simboliza só a carência de bens materiais, como a capacidade de projetar e planejar uma vida com dignidade (Almeida et al., 1992).

Perante esta realidade, a luta contra a pobreza requer a realização de práticas preventivas, mais do que assistencialistas, começando por suprimir as causas associadas a esta condição e analisar as suas próprias consequências. É essencial promover a devolução de poder às pessoas em situação de pobreza, no sentido de o converter em cidadania e poder cívico. Simultaneamente, importa valorizar as suas trajetórias e contextos de vida, assim como promover o desenvolvimento local, uma vez que a pobreza se gera, reproduz e agrava de formas distintas, consoante os diferentes contextos espaciais e relacionais (Almeida et al., 1992).

2.2. Viver em situação de Sem-Abrigo: A forma mais extrema da Exclusão Social

Estar em situação de sem-abrigo constitui, segundo Bruto da Costa (1998), a expressão mais extrema da exclusão social. As pessoas que se encontram nesta situação de grande vulnerabilidade experienciam limitações em praticamente todos os domínios da vida social.

As causas associadas a esta realidade são múltiplas: condições socioeconómicas adversas, ruturas sociais, desemprego ou a falta de proteção social. Estes fatores contribuem assim para um processo extremo de exclusão. Marinucci et al. (2023) explicitam que este processo acontece em três momentos:

- 1º- As pessoas em situação de sem-abrigo experienciam emoções negativas e uma ameaça constante às suas necessidades psicológicas fundamentais;
- 2º- Reagem de forma antissocial à origem da exclusão ou procuram o isolamento para recuperar as suas emoções ameaçadas;
- 3º- Desenvolvem sentimentos crónicos de depressão e desamparo.

Neste sentido, a exclusão social que atravessa a experiência das pessoas em situação de sem-abrigo, está relacionada com sintomas depressivos, e a ameaças às suas necessidades fundamentais de pertencimento, autoestima e existência significativa.

A literatura sublinha que, uma vez que as pessoas em situação de sem-abrigo já estão excluídas, quanto mais tempo estiverem nesta situação, mais complexa será a sua

integração social (Menezes, 2012). A exclusão social nestes casos assume um carácter cumulativo: os fenómenos socioeconómicos de risco, potenciam as situações de vulnerabilidade social, sobretudo entre aquelas que já apresentam défices de integração social, ou que estejam perante situações de desafiliação.

Em síntese, os sujeitos que se veem privados de participação nas esferas sociais - como a escola, o emprego e a habitação – e que acumulam ruturas biográficas, acabam por se encontrar reféns num ciclo de exclusão progressiva (Menezes, 2012).

3. Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-abrigo – Política Portuguesa

A exclusão social e a pobreza, já enquadradas neste trabalho, contribuem para o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo existentes em Portugal, exigindo respostas para integrar estas pessoas na sociedade, nos contextos de participação cívica, garantindo a oportunidade de realizarem, em igualdade, os seus direitos. A nível internacional, esta problemática é enquadrada por vários instrumentos, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais de 1966, que se assemelham na luta pelo direito de todas as pessoas a terem um nível de vida condigno, e pelo direito à habitação. No que toca ao nosso país, para adotar uma estratégia nacional, foram considerados vários aspetos, como a necessidade de uma consciência da pobreza e da exclusão social, do reconhecimento da falta de respostas adequadas a esta problemática e, por conseguinte, da necessidade de um tipo de resposta que potencialize tanto recursos públicos como privados (ENIPSSA, 2017).

Entre 2004 e 2005, a Segurança Social destacou e descreveu a população “sem-teto” através de um estudo onde pôde analisar diversas trajetórias de vida, assim como os serviços prestados por várias entidades a estas pessoas, demonstrando a necessidade de ser criada uma estratégia nacional. Em 2007 foi dada a primeira resposta, por um grupo de trabalho interinstitucional e intersetorial coordenado pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), que pretendia cumprir as diretrizes europeias no que toca à erradicação das situações de sem-abrigo, e à implementação de medidas preventivas (ENIPSSA, 2017).

A primeira Estratégia Nacional, a “Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015”, (ISS, 2009) foi desencadeada precisamente do trabalho do grupo anteriormente referido, coordenada pelo ISS, e Portugal consagrou-se o 1º país do sul da Europa a desenvolver uma estratégia nacional (Nave, et al., 2022). Desenvolvida em dois eixos, o Eixo 1- Conhecimento do fenómeno, Informação, Sensibilização e Educação, onde foi

desenvolvido o conceito “pessoa sem-abrigo”, para efeitos de contabilização e caracterização a nível nacional e, o Eixo 2- Qualificação da Intervenção. O relatório da primeira Estratégia Nacional concluiu que esta abriu caminho para a reflexão sobre a problemática em questão, dando destaque a várias entidades na conceção, na implementação e na monitorização (ENIPSSA, 2017).

Para além destes aspetos, esta Estratégia Nacional criou os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-abrigo (NPISA), estruturas locais que, desde então, se mantêm ativos na integração das pessoas em situação de sem-abrigo (ENIPSSA, 2017).

Através do site da ENIPSSA (2017), compreende-se que a segunda Estratégia Nacional, de 2017-2023, e última em vigor até ao momento, trouxe o conceito de “pessoa em situação de sem-abrigo”, demonstrando uma evolução face ao conceito expresso na Estratégia anterior, combatendo desta forma o preconceito que reveste a própria situação de vulnerabilidade e quem se encontra nesta situação. A ENIPSSA 2017-2023 foi estabelecida e pensada partindo de um olhar centrado nas pessoas em situação de sem-abrigo, para que ninguém tivesse de permanecer na rua por falta de alternativas, tendo em linha de construção “uma abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção” (ENIPSSA, 2017, secção “Visão”), orientada pelos seguintes princípios:

1. Realização dos direitos e deveres de cidadania;
2. Abordagem centrada nos direitos humanos e na realização da dignidade da pessoa;
3. Promoção da não discriminação e da igualdade, nomeadamente igualdade entre mulheres e homens;
4. Conhecimento atualizado da dimensão e natureza do fenómeno que sustente o desenvolvimento de estratégias de intervenção;
5. Reconhecimento da multidimensionalidade e complexidade do fenómeno e consequente necessidade de adequação e persistência na implementação de medidas;
6. Definição e implementação de medidas de prevenção, intervenção e acompanhamento;
7. Responsabilização e mobilização do conjunto das entidades públicas e privadas para uma intervenção integrada e consistente, no sentido de garantir a acessibilidade aos serviços, respostas e cuidados existentes;
8. Reconhecimento e adequação às especificidades locais e dos diversos grupos que compõem as pessoas em situação de sem-abrigo;
9. Reconhecimento e adequação às especificidades de mulheres e de homens;

10. Garantia de uma intervenção de qualidade centrada na pessoa, salvaguardando a reserva da sua privacidade, ao longo de todo o processo de apoio e acompanhamento;
11. Participação proactiva e promoção da capacitação da pessoa em situação de sem-abrigo em todos os níveis do processo de inserção social;
12. Educação e mobilização da comunidade;
13. Monitorização do processo e avaliação dos resultados de implementação da Estratégia (secção “princípios”).

O Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE) acompanha o trajeto e o desenvolvimento da Estratégia, colocando também a sua atenção na monitorização e avaliação. Este grupo é composto por um Núcleo Executivo e Subgrupos de Trabalho, para se executarem tarefas pontuais. Reúnem bimestralmente para elaborar os Planos de Ação bienais e os seus relatórios de avaliação anuais, para aprovarem instrumentos e recomendações e acompanharem as atividades do Núcleo Executivo, que são consequência da implementação dos Planos de Ação. Este grupo é coordenado pelo gestor executivo da ENIPSSA 2017-2023, e é composto por entidades públicas e privadas, convidadas a participar, a título de exemplo, o Instituto da Segurança Social, o grupo Águas de Portugal, o Centro de Estudos para a Intervenção Social, a Rede Europeia Anti Pobreza, entre muitas outras (ENIPSSA, 2017).

O relatório final da Avaliação *ex-post* da ENIPSSA 2017-2023, explicitou a elaboração da mesma, através de propostas alicerçadas em 3 eixos distintos, partindo de uma metodologia participada, onde foram intervenientes diretos as entidades parceiras pertencentes aos NPISA, e as pessoas em situação de sem-abrigo, dividindo-se em 15 objetivos estratégicos, 67 ações e 102 atividades.

O **EIXO 1**, que destacou a promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação foi desenvolvido com os seguintes objetivos:

OBJETIVOS EIXO 1 – CONHECIMENTO DO FENÓMENO
1. Promover a utilização de um conceito único.
2. Garantir a monitorização do fenómeno.
3. Assegurar que os Diagnósticos e os Planos de Desenvolvimento social (PDS) dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) incluem indicadores relativos ao fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo.
4. Garantir a atualização permanente do conhecimento tendo em vista prevenir e combater a discriminação.

- | |
|--|
| 5. Garantir a acessibilidade e disponibilização de informação permanentemente atualizada sobre o tema e os recursos existentes. |
|--|

[Fonte: Relatório final da avaliação ex post da Estratégia Nacional de integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 – Volume 1, p.8]

O **EIXO 2**, que se preocupou com o reforço de uma intervenção promotora de integração das pessoas em situação de sem-abrigo, destacou os seguintes objetivos:

OBJETIVOS EIXO 2 – REFORÇO DA INTERVENÇÃO
--

- | |
|--|
| 1. Promover a qualidade técnica da intervenção. |
| 2. Garantir eficácia e eficiência na intervenção. |
| 3. Garantir a qualidade das respostas e dos serviços prestados. |
| 4. Assegurar que ninguém é desinstitucionalizado sem que tenham sido ativadas as medidas e apoios para garantir um lugar adequado para viver, sempre que se justifique. |
| 5. Assegurar que ninguém tenha de permanecer na rua por mais de 24 horas. |
| 6. Assegurar o apoio técnico à saída de um Alojamento Temporário durante o tempo necessário. |
| 7. Assegurar a existência de condições que garantam a promoção de autonomia através da mobilização e contratualização de todos os recursos disponíveis de acordo com o diagnóstico de necessidades. |
| 7A. Fomentar o aumento das soluções de alojamento para pessoas em situação de sem-abrigo. |
| 7B. Disponibilizar soluções de capacitação, educação, formação profissional e inserção profissional. |
| 7C. Assegurar o acesso a medidas de proteção social. |
| 7D. Assegurar o acesso aos cuidados de saúde. |
| 7E. Assegurar o acesso a medidas de apoio à integração de migrantes. |

[Fonte: Relatório final da avaliação ex post da Estratégia Nacional de integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 – Volume 1, pp.8-9]

Por fim, o **EIXO 3**, que se destinou à coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSSA 2017-2023, trabalhou segundo 3 objetivos:

OBJETIVOS EIXO 3 – COORDENAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO
--

- | |
|--|
| 1. Garantir a participação de todas as entidades relevantes para esta temática. |
|--|

2. Garantir o funcionamento articulado dos órgãos e estruturas ENIPSSA.
--

3. Assegurar a monitorização e avaliação da ENIPSSA.

[Fonte: Relatório final da avaliação ex post da Estratégia Nacional de integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 – Volume 1, p.9]

Dada por terminada a ENIPSSA 2017-2023 ocorreu a avaliação da mesma, tomando como critérios de avaliação a sua adequabilidade, eficiência e eficácia e, os impactos obtidos com a sua implementação, explicitados também no relatório final da Avaliação *ex-post* da Estratégia Nacional de Integração de Pessoas em Situação de Sem-abrigo 2017-2023.

Os dados avaliativos foram recolhidos de diferentes formas: uma entrevista com a coordenação da ENIPSSA, quatro *focus group* (Entidade do GIMAE, Núcleo Executivo, Grupos de Trabalho e Coordenadores e Técnicos de NPISA), *workshop* online com projetos de referência, como o projeto Morada Certa dinamizado pela Impulsar (NPISA Leiria), inquérito por questionário aos vários NPISA, análise documental e três estudos de caso.

De forma breve, no mesmo documento, foram enunciadas dez conclusões, e possíveis respostas futuras para trabalhá-las. Após a interpretação dos dados resultantes da avaliação, afirmou-se que:

- | |
|--|
| 1. As atividades cobriram as necessidades identificadas pelos NPISA e pelas PSSA no Plano de Ação definido para 2017-2023. |
| 2. O processo realizado nesta estratégia de caracterização de PSSA, que corresponde a um processo anual, só permite ter um retrato estatístico à data da recolha de informação, constatando-se a necessidade de uma melhor e mais específica caracterização. |
| 3. O modelo da ENIPSSA é um modelo bastante formal, que impossibilita uma troca mais fluída e avaliação de experiências, assim como uma partilha mais regular e uma maior presença no GIMAE de entidades competentes com autonomia de decisão. Para esta conclusão identificou-se a necessidade de um maior investimento técnico e financeiro, tanto na ENIPSSA como nos NPISA. |
| 4. Existe a necessidade de uma melhoria da adequação do modelo às diversas necessidades das PSSA, contribuindo para ultrapassar este obstáculo uma continuidade de formação das/os técnicas/os, e de uma maior aposta numa abordagem de prevenção, tal como em respostas de longa duração que se adequem às PSSA. |

5. As faltas de respostas habitacionais trazem consequências à eficácia da intervenção, e existirem poucas respostas e longa duração leva a que muitas das PSSA estejam em centros de alojamentos temporários, de forma indevida, levando ao questionamento se respostas temporárias fazem sentido para uma população que apresenta percursos de exclusão prolongados.
6. A aplicação prática demonstrou-se como complexa, visto que quando se fala em intervenção com PSSA remete-se quase toda para a área social. Poderia haver mais equipas multidisciplinares.
7. Os NPISA desenvolveram um bom trabalho, composto por projetos criativos e inovadores, mas com mais recursos humanos e financeiros os resultados poderiam ser ainda mais superiores.
8. O orçamento foi considerado fraco, face aos objetivos estabelecidos à priori pela ENIPSSA, o que dificulta a sua realização, dado que também algumas entidades que estão presentes no GIMAE não alocam nenhum orçamento.
9. Os mecanismos para monitorização da ENIPSSA como fracos, sendo necessário investir nos mesmos, para melhorar o desempenho da própria estratégia.

[Fonte: Relatório final da avaliação ex post da Estratégia Nacional de integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 – Volume 1, pp. 41-43]

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2024 já encontra aprovada a ENIPSSA 2025-2030, que apresenta como principais medidas previstas, o aumento do alojamento em várias modalidades como o alojamento de emergência, temporário e no modelo *Housing First*, com vista a iniciar os seus planos de ação em 2026.

3.1. Os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA): NPISA Porto e a Estratégia Municipal para a Integração de PSSA (2020-2023)

De acordo com o site da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2017), os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo, denominados como NPISA, são implementados sempre que a dimensão das pessoas em situação de sem-abrigo seja significativa em determinadas áreas geográficas, partindo dos Conselhos Locais de Ação Social, ou de plataformas supraconcelhias, coordenados pelas Câmaras Municipais. Estes Núcleos devem ser concretizados por um representante da respetiva Câmara Municipal e das entidades do sector público, assim como pelas entidades interventivas na área que pretendam realizar um trabalho integrado, sendo reconhecidas as suas competências para tal exercício.

São atribuídas responsabilidades aos Núcleos, ao nível do planeamento, ficando encarregues de realizar um diagnóstico local sobre as pessoas em situação de sem-abrigo, para se construírem bases coesas da rede social e da planificação das suas atividades. Além disso, devem identificar os vários recursos necessários para combater o fenómeno retratado, assim como as necessidades de formação de equipas de trabalho, e criar um Plano de Ação que apoie a planificação das atividades e a produção dos Relatórios de atividades anuais (ENIPSSA, 2017).

Por sua vez, ao nível da intervenção, é da responsabilidade dos núcleos coordenar os encontros para analisar e atribuir casos, identificados a partir dos diagnósticos de necessidades, assim como ser a “ponte” entre as entidades públicas e privadas, visando uma maior rentabilização de recursos, e promover a articulação entre equipas de supervisão e avaliação externa, tal como com o Núcleo Executivo do GIMAE. Além disso, cabe aos núcleos, monitorizar os processos, quer ao nível da execução dos planos de inserção, quer ao nível dos vários obstáculos a que estão sujeitos estes procedimentos, e conceber ações de sensibilização para a problemática das pessoas em situação de sem-abrigo e para as questões que abordam a sua integração. Por fim, são responsáveis por assegurar a implementação e monitorização da ENIPSSA. À data da ENIPSSA 2017-2023, estavam em funcionamento 32 NPISA, tendo especial relevância para este trabalho retratar o NPISA do Porto, criado em 2009 e coordenado pelo Centro Distrital da Segurança Social e, a partir de 2018, pela Câmara Municipal do Porto (ENIPSSA, 2017).

O NPISA Porto é constituído pelo NPISA (Plenário) e pelo Núcleo Executivo, formado pelas seguintes instituições: Câmara Municipal do Porto, ARS Norte, Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, IEFP- Centro de Emprego e Formação Profissional, UDIPSS- União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associação dos Albergues Noturnos do Porto, EAPN, GAS Porto- Grupo de Ação Social do Porto, Médicos do Mundo, Norte Vida- Associação para a Promoção da Saúde e pela Santa Casa da Misericórdia do Porto. O NPISA Porto, para um bom exercício das suas atividades, está organizado em 6 eixos (NPISA Porto, s.d.):

- 1º- Acompanhamento Social, coordenado pelo Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social;
- 2º- Emprego e Formação, coordenado pelo Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto- IEFP;
- 3º- Habitação, coordenado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto;
- 4º- Participação e Cidadania, coordenado pelo Núcleo Distrital do Porto da EAPN Portugal;

5º- Saúde, coordenado pela Administração Regional da Saúde Norte;

6º- Voluntariado, coordenado pelo UDIPSS-União Distrital das Instituições de Solidariedade Social.

A Câmara Municipal do Porto em articulação com o NPISA Porto, elaborou no distrito do Porto a Estratégia Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2020-2023, assumindo um compromisso como Município, na operacionalização das medidas da ENIPSSA 2017-2023. A Estratégia Municipal consolidou e definiu-se em 10 eixos, com trabalhos complementares aos que já estavam em curso (Câmara Municipal do Porto, 2020):

Equipa Multidisciplinar: Esta equipa corresponde à Equipa Técnica de Rua, a estrutura, a “ponte” entre as pessoas que estão nas ruas e as/os técnicas/os gestores de caso.

Centro de Alojamento Temporário Joaquim Urbano: Estrutura residencial, com capacidade para receber 35 pessoas, sendo considerada uma estrutura de referência nacional.

Rede de Restaurantes Solidários: Atualmente em funcionamento 2 Restaurantes Solidários, trabalham para poder substituir a distribuição de refeições nos espaços públicos, permitindo que qualquer pessoa usufrua de um local resguardado e digno, onde pode realizar as suas refeições saudáveis. O local destes restaurantes é estratégico e devidamente pensado, devido ao estudo das rotas de distribuição alimentar na cidade do Porto realizado pelo NPISA Porto.

Alojamento de Longa Duração: Uma iniciativa que permite disponibilizar habitações de propriedade pública ou privada para habitações de longa duração, com vista a uma transição para a vida ativa e, consequentemente, para a autonomização. Estas habitações podem ser individuais ou partilhadas com outras pessoas, de acordo com as suas tipologias.

Integração Socioprofissional: Um projeto que resulta da necessidade de dar uma nova resposta a nível habitacional, e de intervenções de capacitação (como a definição e implementação de um plano individual de saúde e de promoção de hábitos de vida saudável, de rotinas de higiene pessoal) para permitir uma integração social das várias pessoas que passem por estes apartamentos.

Capacitação/formação: Através do projeto “Plataforma+emprego”, é possível serem criadas oportunidades de inserção laboral para pessoas em situação de sem-abrigo, sendo uma interface entre empregadoras/es e futuras/os empregadas/os, garantindo uma relação de proximidade, especializada e contínua.

Saúde: No âmbito da saúde, nasce o projeto “Prevenir, Capacitar e Incluir”, estabelecendo mecanismos de acesso e cuidados de saúde para a população em situação de sem-abrigo. Sustenta-se na perspetiva de que olhar de forma atenta para a saúde, permitirá uma melhoria na qualidade de vida, na promoção da inclusão, no combate ao estigma e preconceito, e na integração no mercado de trabalho.

Participação e Cidadania: O projeto “Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa”, reforça a importância de qualificar e capacitar o ecossistema de empreendedorismo social do Porto, tal como mobilizar os diferentes agentes envolvidos na inovação social. Uma das vertentes deste projeto, “Capacitação e Integração Social pela Arte” é resultado da necessidade de capacitação e integração cultural e social desta população, partindo de oficinas de criação artística, onde se juntam participantes artistas e não artistas, resultando na promoção das relações interpessoais, assim como no desenvolvimento de competências.
Capacitação e reforço de Gestores de Caso.
Estrutura Residencial de Baixo Limiar: Um alojamento destinado a pessoas em situação de sem-abrigo de tempo já elevado, que não apresentem condições de autonomia, mas que mantenham vivo o espírito de incrementar competências de sociabilização, que lhes permitam prosseguir para respostas diferentes como é o caso de um lar de idosos ou uma rede de cuidados continuados.

4. A Educação e Formação de Adultos

Após abordar as políticas e ações para a integração das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal, importa também compreender o papel que a Educação e Formação de Adultos pode assumir nas estratégias implementadas.

A Educação e a Formação de Adultos desenvolveu-se durante o século XIX e a primeira metade do século XX, após a Revolução Francesa, ganhando o seu maior crescimento durante os “trinta anos gloriosos” (Canário, 1999). No século XX, o conceito de educação de adultos evoluiu, assumindo uma noção do “adulto” como um ser inacabado, cujas potencialidades se encontram distantes de serem concretizadas (Melo, 2011).

Em Portugal, um dos primeiros momentos de grande expressão deste campo foi a criação da Direção-Geral de Educação Permanente (DGEP), que desenvolveu atividades de alfabetização e cursos já diferenciados do ensino regular. No seguimento deste período de desenvolvimento, seguiram-se os cursos gerais de ensino noturno, assim como a restauração de cursos de ensino técnico (Imaginário, 2000).

Um momento marcante nos anos seguintes foi a criação do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), regulamentado em 1982, que hoje demonstra o seu enorme crescimento, ao qual se juntou a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), perto dos anos 2000, que veio colmatar um atraso de cerca de 20 anos (Imaginário, 2000). Posteriormente, os dois grandes marcos que se seguiram à ANEFA,

foram os Programas de Novas Oportunidades em 2005, assim como os Centros Qualifica, em 2016.

Como salienta Canário (1999), a Educação de Adultos afirmou-se como um campo metodologicamente complexo, organizando-se em três planos distintos:

- A estruturação de quatro subconjuntos que definem as práticas da educação de adultos: a alfabetização, a formação profissional, a animação sociocultural e o desenvolvimento local;
- A diversidade institucional implicada nos processos e no desenvolvimento da Educação de Adultos, que favoreceu o reconhecimento do carácter educativo presente nas experiências de vida em diversos contextos sociais.
- O perfil do/da educador/a: o papel de todas/os as/os intervenientes sociais, com uma ação direta nos processos educativos, a quem são atribuídas uma multiplicidade de tarefas e responsabilidades.

Assim, espera-se que a Educação e Formação de Adultos apoie e mantenha as pessoas num processo constante de exploração da sua relação – de vínculo, de investimento e dinâmica, afetiva e emocional – com o mundo (Amorim, 2006), que pode ser entendido como um caminho desenvolvido para “...satisfazer toda a variedade de necessidades e aspirações dos adultos...” (Antunes, 2001, p. 36).

Apesar de não ser um conceito consensual entre várias/os autoras/es, segundo Canário (1999), a Educação de Adultos pode ser compreendida como uma educação que se pronuncia tanto nos processos de alfabetização, como nos processos educativos que ocorrem ao longo da vida. Já a Formação de Adultos, refere-se sobretudo à vertente da formação profissional, numa lógica mais orientada para o mercado de trabalho.

A este respeito, e concordando com Melo (1996):

Só compreendo a Educação de Adultos como um movimento de contra-corrente, a favor da crescente autonomia das pessoas, e na oposição de toda e qualquer corrente de natureza totalitária dentro da Sociedade. A Educação de Adultos opõe-se à propaganda, à manipulação, ao obscurantismo – venham de onde vierem – e procura abrir, sempre mais largos, os horizontes do possível. A Educação de Adultos estará sempre ao serviço de uma sociedade aberta: à mudança e à melhoria, à inovação benéfica para as pessoas e para o Planeta (p.20).

A Educação de Adultos tem a particularidade de romper com a ideia exclusiva de educação tradicional – centrada na sala de aula e para a transmissão formal de aprendizagens e saberes. Esta definição tradicional, assenta numa relação educativa que reproduz os traços do modelo escolar, sobretudo no que diz respeito ao conceito da intencionalidade (Canário, 1999) – educação formal – exigindo um olhar atento sobre os

dispositivos educacionais e a interação entre a educação e todas as esferas da vida humana, como a saúde, a economia, a cultura, ou o direito (Baptista, 2015).

Segundo Freire (1979), esta educação tradicional, corresponde a uma “educação bancária”, definida por uma transferência, um depósito de conhecimento para as/os formandas/os, perpetuando a distância entre quem ensina e quem aprende – ou seja, quem tem o poder e a/o oprimida/o.

Neste sentido, as iniciativas desenvolvidas a partir dos anos 2000 no âmbito da Educação e Formação de Adultos – os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), permitiram alargar a oferta educativa e a forma como se encara a própria educação, procurando contrariar a perspectiva bancária da educação, e colocando as/os formandas/os no centro de todo o processo. No entanto, estes dispositivos dificilmente se articulam com dinâmicas consideradas associativas, comunitárias ou de desenvolvimento local – domínio da educação não-formal (Lima & Afonso, 2006).

A educação não-formal, frequentemente desvalorizada face às práticas da educação escolar de segundas oportunidades, através do ensino recorrente e da formação profissional (Lima & Afonso, 2006) tem vindo a ganhar o seu espaço e reconhecimento no campo da Educação e Formação de Adultos.

Segundo Gohn (2009), constitui um espaço que se dedica às aprendizagens de saberes para a vida coletiva, nos planos cognitivo e emocional, destacando-se como uma ferramenta importante para a construção da cidadania:

A aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, etc. São processos de auto-aprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações organizadas segundo os eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade (p.31).

Pela sua enormidade de respostas, as práticas da educação não-formal encontram-se em organizações sociais, diversos programas de formação sobre direitos humanos,

cidadania, práticas identitárias, exclusões sociais, permanecendo no centro de programas de inclusão social (Gohn, 2009)

Para além da educação formal e não-formal, importa referir a terceira modalidade educativa, a informal. A educação informal emerge da experiência quotidiana de cada pessoa. Esta experiência é descrita como um elemento-chave no processo de aprendizagem, constituindo uma base para a reflexão, problematização e, simultaneamente, para a transformação em termos pessoais e identitários (Pires, 2007).

Inserida numa perspetiva holística, que valoriza o processo de desenvolvimento pessoal na sua relação com o meio, com as/os outras/os e consigo mesma/o, na educação informal o balanço que é feito a partir destas aprendizagens é assegurado por pressupostos que orientam um trabalho reflexivo, com o apoio de técnica/os especializadas/os (Pires, 2007).

Este processo de reconhecimento, reforça a autoestima e autoimagem dos sujeitos, proporcionando a tomada de consciência dos processos de transformação construtiva ao nível da personalidade, do comportamento, dos conhecimentos e competências, reforçando a autonomia (Pires, 2007).

Desta forma, importa referir a educação que engloba estas diferentes modalidades educativas: A Educação Permanente, que segundo Melo (2011), é:

Mais do que uma exortação a todas as pessoas para que mantenham, para além da idade de escolaridade, o espírito curioso e a mente confiante que garantam um processo coerente e continuado de levantamento de perguntas e de procura de respostas (p.3).

A Educação Permanente representa um avanço significativo no entendimento do conceito de educação, exigindo uma articulação entre as aprendizagens realizadas nos contextos formal, não-formal e informal. Mais do que prolongar a escolaridade das pessoas adultas, preocupa-se com as metodologias, estruturas e contextos que tornam possível a aprendizagem ao longo da vida (Melo, 2011).

Assim, preserva uma visão da sociedade enraizada na educação, capaz de impulsionar a sua transformação – no sentido da solidariedade, participação, cidadania, democracia aprofundada – tornando-se fundamental para formar cidadãos que se torne cada vez mais interventivos e informados (Melo, 2011).

Esta educação permanente encontra ecos nos discursos de Freire (1979), ao defender uma educação crítica, oposta à bancária, considerando assim os Homens, como seres incompletos, exigindo da educação um compromisso contínuo com o desenvolvimento pessoal, social e político, importantes para o âmbito da integração social.

4.1. A educação de adultos como uma forma de integração social

Se, por um lado, a Educação e Formação de Adultos se institucionalizou através de diferentes programas e estruturas, por outro, importa também recuperar abordagens críticas que desafiem estes dispositivos, mobilizando as suas propostas como ferramentas para a integração social de grupos excluídos.

A educação constitui um eixo estruturante dos processos de desenvolvimento pessoal e coletivo, sendo reconhecida como um direito humano fundamental e um campo privilegiado para a promoção da cidadania, participação e justiça social (Baptista, 2015).

Esta perspectiva vai de encontro ao entendimento de Canário (1999):

A Educação, entendida como um processo permanente e difuso em toda a vida social, tem um papel central a desempenhar na pesquisa e construção de uma “saída” coletiva, no desenvolvimento de valores outros que a competição e o lucro, como suportes da nossa vida coletiva, na recriação de novas formas de articular o aprender, o viver e o trabalhar (p.94).

Para as mudanças intencionais surgirem, é necessário favorecer o acesso dos sujeitos a oportunidades de educação diferenciadas e adequadas às suas necessidades (Baptista, 2015). Todavia, este acesso encontra-se, grande parte das vezes, vedado a vários grupos que sofrem de exclusão social.

Como sublinha Monteiro (2008, 2011), as oportunidades e as ambivalências da história de vida que poderiam ser ultrapassadas no seio familiar, na comunidade ou nos contextos de um grupo social, têm de ser cada vez mais interpretadas e reconhecidas pelo próprio sujeito. A expressão “fratura social” compreende a imagem de uma sociedade em que os seus laços sociais estruturantes se encontram em crise, demonstrando a incapacidade de integrar todas as pessoas da sociedade e, deixando algumas à deriva – excluídas do mundo do trabalho, das relações sociais.

Desta forma, os contextos de exclusão e desfavorecimento social revelam a distribuição desigual das capacidades de cada indivíduo/o para dar resposta aos desafios da sociedade, considerada pós-tradicional, associada sobretudo, a questões de poder e estratificação. Os recursos que viabilizam estas capacidades, como a capacidade de tomar decisões sobre os seus percursos de vida, estão desigualmente distribuídos, traduzindo-se num problema social e cívico.

Estes recursos não são só materiais, mas também psicológicos, culturais, simbólicos, relacionais, e proporcionam a cada sujeito que se mova e conheça a amplitude de todas

as escolhas possíveis: confiança, o acesso ao saber e aos seus meios, a identificação de direitos e possibilidades, assim como o acesso a redes sociais (Monteiro, 2011).

Nesta investigação, entende-se a Educação de Adultos como um espaço que possibilita a promoção da integração social – entendida não como uma adaptação à sociedade, mas como um processo de participação e transformação social e coletiva. A integração social de pessoas em situação de sem-abrigo, do ponto de vista educativo, pode ser reconhecida como um processo que valoriza a estabilidade comunitária, a saúde e o bem-estar, promovendo a qualidade de vida e as oportunidades para estabelecer relações sociais coesas (Marshall et al, 2020).

Segundo uma perspectiva libertadora da educação, como proposta por Freire (1979), a Educação de Adultos desenvolve os seus conteúdos a partir das/os suas/seus participantes – das suas experiências e dos seus saberes – em permanente diálogo com as/os “educadoras/es”. As/os que são frequentemente colocadas/os à margem, consideradas/os “oprimidas/os”, devem ser reconhecidos como sujeitos ativos no processo educativo, especialmente nos processos de educação não-formal.

Esta abordagem contrasta com a educação bancária, que impõe conteúdos às/aos participantes, de forma autoritária, negando as suas experiências, e o papel que podem ter na construção dos processos educativos. A prática libertadora ou problematizadora, por sua vez, promove, de forma crítica, a compreensão do mundo e das relações sociais, assumindo que as/os indivíduos/os habitam numa realidade em constante transformação – onde é estimulada a reflexão, como motor de mudança (Freire, 1979).

A Educação de Adultos incorpora esta visão libertadora, reconhecendo as pessoas com um papel ativo na construção do seu futuro, como ponto de partida e ponto de chegada dos processos educativos. O diálogo, nesse sentido, torna-se um dos critérios para uma construção de percursos educativos, pois é nas palavras e nas ações que se constroem avanços, e se fortalecem as relações humanas (Freire, 1979).

Esta abordagem educativa, centrada na participação ativa, será aprofundada na análise dos dados investigativos, procurando demonstrar de que forma é que a Educação de Adultos pode contribuir para a integração social de pessoas em situação de sem-abrigo.

Parte II - Estudo empírico

1. Questão e objetivos investigativos

Nos métodos qualitativos, os desenhos de investigação são emergentes e desenvolvem-se de forma gradual, tomando forma à medida que a investigação avança e adaptando-se às múltiplas realidades que se vão descobrindo (Machado Pais, 2002). Assim, na presente investigação, que se construiu através da etnografia, o propósito inicial de pesquisa foi-se ajustando às dinâmicas do terreno, permitindo que esta permanecesse livre e aberta às dimensões que se revelassem urgentes identificar e analisar.

Esta investigação procurou dar resposta à seguinte questão: Como é que as pessoas em situação de sem-abrigo percebem e experienciam as respostas sociais no Porto? Neste sentido, a investigação procurou responder aos seguintes objetivos:

1. aprofundar o conhecimento sobre o estigma e o preconceito vivenciados pelas pessoas em situação de sem-abrigo;
2. conhecer e caracterizar as percepções das pessoas em situação de sem-abrigo relativamente às respostas sociais no Porto;
3. compreender de que forma a Educação de Adultos está ou pode estar presente nos processos de integração social para pessoas em situação de sem-abrigo.

2. Método investigativo

O objeto desta investigação remete para uma abordagem interpretativa e naturalista, que possibilite a compreensão e interpretação dos fenómenos no seu contexto natural, a partir de práticas que tornam visível o mundo social (Denzin & Lincoln, 2018). Além disso, a investigação junto de pessoas em situação de sem-abrigo exige uma postura consciente, que reconheça a voz e os percursos destas pessoas, assim como os contextos em que vivem e as situações de vulnerabilidade que enfrentam. Assim, optou-se por uma abordagem qualitativa (Creswell, 2013), concretizada através do método etnográfico. Esta abordagem pressupõe um olhar situado a investigadora, a consideração de determinadas dimensões do fenómeno em detrimento de outras, e a produção de conhecimento construída com e a partir das pessoas em situação de sem-abrigo (Aldeia, 2012).

É neste enquadramento que o método etnográfico ganha pertinência, ao permitir posicionar a investigadora de forma clara e evidente no campo, tornando visível a sua influência na investigação, como a influência do campo sobre si. A etnografia implica partilha e requer tempo, uma parte da vida das pessoas que a investigação visa

(Fernandes, 1995; Law, 2004), o que torna o “estar no terreno” um instrumento indispensável para construir conhecimento situado.

3. Técnicas de recolha de dados

Uma investigação que visa explorar as experiências e percepções de pessoas em situação de sem-abrigo, implica a identificação de metodologias que permitam explorar realidades fluídas e complexas (Aldeia, 2012). Deste modo, este estudo foi desenvolvido através de uma etnografia que articulou a observação participante, a elaboração de notas de terreno, e a análise documental.

Segundo Neves (1998), a etnografia destaca-se pela sua complexidade, exigindo uma forte adaptabilidade por parte do/a investigador/a, que vivencia a tensão de estar de fora e dentro, de pertença e não pertença ao contexto, que se mantém como um intruso no território mas, cuja presença e pertença se naturalizam gradualmente. É nesta “tensão”, que surge o conhecimento produzido pelo método etnográfico.

A observação participante implica a interação e relação do/da investigador/a com o contexto, isto é, o/a observador/a participa na vida daquele/a que está a ser observado/a, e participa como um “informante” na investigação. Assim, não basta realizar o trabalho de campo, descrever os comportamentos, e estar com a população específica do estudo (Amado, 2014),

É inerente à etnografia saber estar no terreno, de modo a possibilitar o trabalho com conexões, seleções, e abstrações sobre a realidade social, que só uma observação participante bem conseguida viabiliza. A observação etnográfica não deve seguir padrões rigidamente pré-estabelecidos, sendo possível e desejável que as pessoas, as situações e os seus contextos possam ser reavaliados, sempre que se justifique (Caria, 2003; Amado, 2014).

O registo da observação participante traduz-se nas notas de terreno. Para além das observações do contexto, estas notas incluem a referência a impressões e sentimentos da investigadora, assim como palavras correntes e expressões que utiliza. A escrita é umas das várias capacidades que necessitam de investimento para a elaboração de um bom diário de terreno, tal como recordar com maior precisão, documentar o contexto, o cenário ou comportamentos (Amado, 2014). Neste sentido, compreende-se que as notas de terreno possam assumir um cariz mais descritivo, metodológico, teórico ou pessoal, permitindo a mediação entre aquilo que se passa no terreno etnográfico e a existência do/a investigador/a fora do local (Neves, 1998).

A análise documental revelou-se igualmente essencial para compreender os elementos que caracterizam e contextualizam a condição de estar em situação sem-abrigo,

nomeadamente o enquadramento político das respostas sociais – como a ENIPSSA, e os relatórios do NPISA Porto –, assim como para explorar a dimensão da Educação e Formação de Adultos.

4. Acesso ao terreno e o “eu” investigadora

Desde 2022, realizo voluntariado com pessoas em situação de sem-abrigo, semanalmente e em diferentes contextos, através de uma organização que visa promover a integração social, a formação e a capacitação de cada pessoa, bem como o envolvimento da sociedade no desenvolvimento humano. A organização aposta na formação contínua das/os suas/seus voluntárias/os, fomentando tanto o seu desenvolvimento individual, como o do grupo, e favorecendo a criação de relações de proximidade.

Em Portugal, esta organização desenvolve projetos nacionais e internacionais. Um desses projetos nacionais, do qual faço parte e que me levou a conduzir este estudo, realiza ações de voluntariado com pessoas em situação de sem-abrigo em contextos abertos: na rua que antecede dois restaurantes solidários, na zona da Batalha; na zona da Trindade, onde uma associação realiza a entrega de kits e roupas; e num Alojamento Social.

As atividades deste projeto diferenciam-se das ações de voluntariado mais comuns, que contemplam a distribuição de refeições diárias, bens de higiene pessoal, roupas, entre outros. O principal objetivo é estabelecer uma ponte para vários aspetos da vida de cada pessoa. A partir de conversas estabelecem-se relações de maior proximidade, que permitem conhecer cada pessoa com quem contactamos, e fornecer informação sobre diferentes áreas. Enquanto voluntárias/os deste projeto, grande parte das vezes, acolhemos desabafos, sorrisos e abraços. Assim, a finalidade das saídas à rua é, sobretudo, criar relações e vínculos, que são muitas vezes carências centrais na vida destas pessoas.

Ao longo de três anos de voluntariado, foi-se tornando cada vez mais evidente o aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo no grande centro do Porto, assim como a distância entre estas e as respostas sociais, sobretudo pelas conversas com quem me ia cruzando. Esta experiência tornou clara a necessidade e relevância de partilhar e dar visibilidade a estas vozes, às suas inúmeras histórias, às suas marcas de vida e, sobretudo, às perspetivas sobre as respostas sociais existentes na cidade do Porto, por parte de quem contacta com estas na primeira pessoa.

No sentido de desenvolver esta etnografia, pedi autorização às pessoas responsáveis pelo projeto Caminhos para integrar as saídas de voluntariado também enquanto investigadora. O pedido foi aceite, pelo reconhecimento da importância deste

estudo, tendo passado a assumir este duplo papel nas saídas. A partir do momento em que obtive este consentimento, comecei a olhar para o terreno de outra forma: a questionar e a preparar a postura investigativa que iria adotar: Quem sou eu, atualmente, neste contexto, e quem pretendo ser neste processo investigativo?

O contacto recorrente com a realidade das pessoas em situação de sem-abrigo permitiu-me constatar a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno, assim como de problematizar e contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, comumente associados a aspetos físicos, comportamentais e modos de convivência na comunidade. Estar com elas e criar relações levou-me a situar-me, refletir e compreender que cada pessoa que se encontra nesta condição é distinta, tornando esta uma população bastante heterogénea.

Assim, na investigação que propus realizar, a minha postura enquanto investigadora e o modo como encaro o próprio processo investigativo, delinearam-se a partir do paradigma fenomenológico-interpretativo. Este paradigma considera os fenómenos sociais como resultantes da interação dos sujeitos na sociedade e com o mundo à sua volta. Deste modo, a realidade é construída através da interação, enquanto produto de opções humanas, das escolhas e valores implicados.

Logo, encarar a investigação segundo esta abordagem epistemológica, coloca a investigadora no papel de compreender a(s) realidade(s) em estudo partindo das perspetivas das pessoas participantes, e com enfoque nos significados que elas/eles atribuem às ações em que se empenham. Além disso, pressupõe que a investigadora seja construtora do mundo que estuda, tendo em conta a particularização dessas perspetivas e não a generalização (Amado, 2014).

Ao realizar esta etnografia, abri um espaço onde a voz destas pessoas tem significado e é valorizada. Além disso, evolui como investigadora, aventurando-me, progressivamente na procura de aprofundar o conhecimento sobre este fenómeno, afastando-me de caminhos já explorados, embora guiada por estes, pela consciência da necessidade de alargar a investigação a outros contextos (Machado Pais, 2002). Esta experiência permitiu-me uma maior aproximação à comunidade e reforçou a compreensão da necessidade de visibilizar as dificuldades e as lutas sociais que estas pessoas enfrentam, dado que para compreendermos uma dada realidade social só é possível a partir das experiências, das falas das/dos sujeitas/os, que funcionam como uma espécie de dicionário (Machado Pais, 2002).

O meu conhecimento a priori do contexto e das pessoas que dele fazem parte trouxe tanto vantagens como desvantagens. Desde logo, a necessidade habitual de me integrar no campo e conhecer as suas dinâmicas foi, em parte, suprimida devido a esta familiaridade prévia. Contudo, o facto de já ter experiência e a permanência mais frequente

no terreno, fizeram com que me sentisse cada vez mais uma parte deste território – uma pertença que despertou em mim um sentimento de responsabilidade e desejo de mudança. Este posicionamento, ainda que desafiante, foi determinante para desenvolver a minha postura crítica enquanto investigadora.

Sei, desde cedo, que um investigador tem de ser alguém que preza pela imparcialidade e neutralidade, no entanto quando somos investigadores presentes no terreno, em que tudo se pode tornar palpável e sentido, estes dois aspetos podem “cair por terra”. Um investigador, sobretudo neste contexto etnográfico, rapidamente se envolve com os participantes e, posso dizer, que no meu caso me senti mais um deles. Não, nunca no sentido, de passar a ser uma pessoa em situação de sem-abrigo e tudo o que isso acarreta, porque estaria a mentir, mas mais um deles, um deles em que confiam, em que depositam as suas tristezas mas, também felicidades, em que deixam cair várias barreiras pessoais (...). (dezembro de 2024)

A minha relação com as pessoas em situação de sem-abrigo revelou-se central na construção da etnografia. Para além das conversas e observações participantes, houve gestos que marcaram o meu percurso da investigação. Um deles foi o momento em que uma das pessoas me desenhou, refletindo o vínculo criado e a forma como fui integrada e reconhecida no local. Este desenho representa e simboliza a parte que fui deste caminho, e o impacto que estas pessoas também tiveram no meu desenvolvimento.

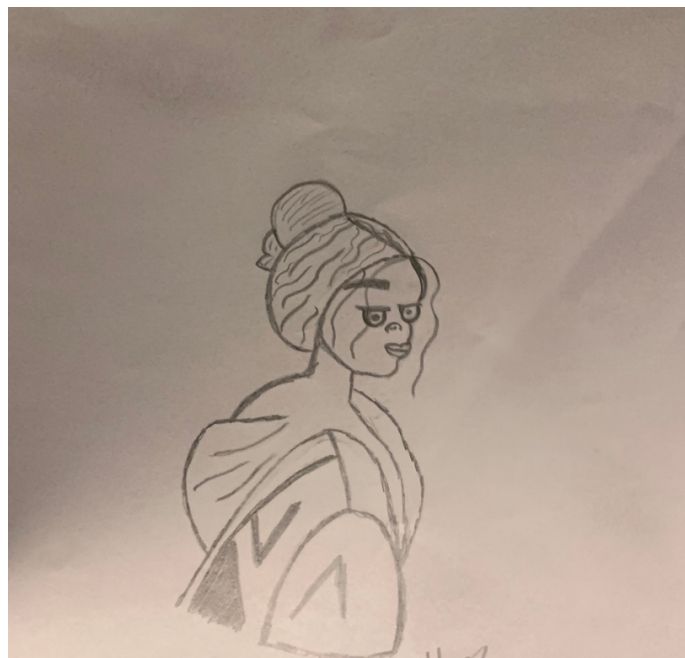


Figura 1- Retrato etnográfico feito por uma das pessoas acompanhada

5. Procedimentos de recolha de dados

Os dados foram recolhidos entre setembro de 2024 até março de 2025, dois dias por semana: às segundas-feiras na zona da Batalha e, às quintas-feiras, num alojamento social.

Foi na Batalha que estive de forma recorrente, na fila onde as pessoas esperam para entrar para um restaurante solidário, e que estabelecem conversas ao longo da noite com as/os voluntárias/os. Por sua vez, o alojamento social, de carácter temporário e emergente, recebeu-me todas as quintas-feiras para conversar com todas/os aquelas/aqueles que assim o quisessem, fosse na sala de convívio ou nos jardins, dando uso ao espaço exterior.

No decorrer do trabalho de campo, não me foi possível acompanhar de forma contínua um grupo específico de participantes entre setembro e março. Ainda assim, em cada noite, estabeleci diálogos com, no mínimo, 10 pessoas. Embora a maioria das pessoas em situação de sem-abrigo que observei, tanto no restaurante como no alojamento, fossem homens, as interações e as observações que se revelaram mais significativas do ponto de vista etnográfico incluíram tanto homens como mulheres.

Ao longo destes sete meses, dirigi-me aos locais simultaneamente como voluntária e investigadora, tendo o conhecimento prévio destes contextos e das pessoas que os frequentam facilitado a recolha de dados. Ainda assim, foi apresentado e solicitado o consentimento informado por parte daquelas/es que de alguma forma pudessem fazer parte do estudo. Neste sentido, dada a situação de vulnerabilidade social que vivenciam e a dificuldade em estabelecer consentimentos informados escritos, optei por um processo de consentimento verbal. Assim, foi previamente explicitado o meu papel no terreno, a temática, propósitos e pertinência do estudo, a todas as pessoas com quem estabeleci conversas utilizadas para este fim, assegurando que as/os participantes compreendiam o que era apresentado, assim como o seu direito ao anonimato e confidencialidade. Nenhuma das pessoas participantes demonstrou relutância em participar, o que acredito que se possa dever, em parte, à abordagem etnográfica adotada. Esta privilegiou a interação e as relações espontâneas, evitando o uso de cadernos, gravadores ou outras técnicas de recolhas de dados semelhantes que, de alguma forma, pudessem criar distanciamento.

Para analisar os achados recolhidos foi realizada uma análise temática de natureza indutiva, seguindo os procedimentos de Braun e Clarke (2006). Este tipo de análise permite identificar, organizar e comunicar padrões, presentes nos dados qualitativos. O principal material empírico analisado foi o diário de terreno, composto por observações, conversas

informais e reflexões, e desde o início da recolha de dados, foi fundamental uma leitura exaustiva das notas, o que me permitiu uma crescente familiarização com os conteúdos.

Ainda que a análise temática preveja, por vezes, um certo distanciamento inicial dos dados antes da sua codificação, a experiência no terreno levou a que alguns temas surgirem desde cedo, e esta proximidade contínua aos dados revelou-se produtiva.

6. Apresentação e discussão dos achados

Apresentar e discutir a análise dos dados empíricos, implica antes de mais, explicitar e justificar algumas opções.

Além de se considerar escassa a investigação sobre e com a população em situação de sem-abrigo, uma grande parte dos estudos desenvolvidos em vários países, valoriza aspetos como a quantificação desta população e o enfoque nas suas patologias ou adições. O estudo que aqui se apresenta, contraria esta tendência, tendo como principal finalidade conhecer e transmitir as perspetivas das pessoas em situação de sem-abrigo sobre a realidade das respostas sociais para a sua integração social. Tornar-se-ia redutor olhar para esta problemática só pela lentes quantificadora e da individualização patológica (Aldeia, 2012) e, é urgente como investigadora explicitar que outras realidades existem mas, considerando que em determinados momentos há algumas que importam produzir mais do que outras, (Law, 2004), assumindo desde logo estas ausências.

Embora esta investigação não aprofunde a reflexão sobre os aspetos que estão na origem do fenómeno da situação de sem-abrigo, mas sim sobre a experiência vivida desta condição e das respetivas respostas sociais, a apresentação dos dados integra uma reflexão crítica sobre os mesmos. Esta abordagem reflete a intenção de desenvolver investigação orientada por princípios humanistas e para a promoção da inclusão e da justiça social para as pessoas em situação de sem-abrigo – seria inútil realizar este tipo de estudos se não nos sentíssemos indignadas pelo facto de existirem pessoas a serem tratadas, em algumas situações sem dignidade (Aldeia, 2014).

Os temas apresentados nos resultados partem de um olhar etnográfico sobre as pessoas em situação de sem-abrigo, explorando as suas vivências, as suas relações, bem como as suas perspetivas face às respostas sociais existentes no Porto. A análise dá conta também das dinâmicas de acolhimento institucional e à presença, visível ou invisível da educação nos percursos de integração social.

6.1. Quem são as pessoas em situação de sem-abrigo? Um olhar etnográfico

6.1.1. As condições da rua e a perpetuação do estigma social

Como voluntária há mais de dois anos, tornou-se recorrente observar a vida das pessoas que vivem nas ruas ou em situações habitacionais que não são consideradas dignas de uma casa ou um lar. Como investigadora, fui aprimorando progressivamente as capacidades de observação, e comecei a compreender que a grande maioria traz a sua “casa” – os seus pertences – às costas, especialmente quando as/os observo nas filas do restaurante, e mesmo no Alojamento Social.

Estar em situação de sem-abrigo implica ter inúmeros abrigos, e sermos a nossa própria casa. Foi na zona da Batalha, na rua que nos leva até ao restaurante solidário, que observei durante meses esta imagem de andar com a “casa às costas”. Estas pessoas carregam a sua casa em sacos de plástico grandes ou mochilas que sustentam as roupas, os cobertores, os seus pertences.

Além disso, as suas rotinas são muito distintas, sobretudo quando se confrontam com a mudança de uma residência para as ruas, havendo uma principal mudança nas questões de higiene e alimentação.



Figuras 2 e 3 – Ponto de encontro na Batalha

D (homem com cerca de 60 anos, há poucos meses em situação de sem-abrigo): A primeira noite passou-se, ainda acordei várias vezes durante a noite, mas não dormi mal..mas de manhã é que me bateu...onde é que eu vou tomar banho? Onde é que vou lavar os dentes? (*Alojamento Social, outubro de 2024*)

Dinâmicas do quotidiano como comer, tomar banho, dormir numa cama, ter roupa lavada, não estão garantidas no dia-a-dia destas pessoas, que vivem privadas das condições básicas para uma vida digna.

Às segundas-feiras, no final da noite, era habitual contar-se mais de 100 pessoas a realizar a sua refeição no restaurante – número que, geralmente, aumenta quando o mês ainda vai a meio e as condições meteorológicas permitem as deslocações ao restaurante sem chuva.

(...) Quando estamos prontas para iniciar a nossa saída, descemos para a rua, e logo no início da mesma já nos deparamos com uma fila de aproximadamente 50 pessoas. Este número depende sempre de vários fatores, como altura do ano em que nos encontramos ou, por exemplo, altura do mês. No inverno, os números podem ser menores, pelo frio e pela chuva que os faz acompanhar enquanto esperam para comer, e se estivermos mais próximos da altura do mês em que recebem rendimentos também se denota um aumento de pessoas no restaurante, porque esta aproximação é um maior afastamento do que receberam anteriormente. (*Batalha, setembro de 2024*)

A ida a um restaurante solidário confere maior dignidade às refeições, que têm um papel central no dia a dia e na sobrevivência de cada pessoa. A possibilidade de se sentarem calmamente, para comer uma sopa e uma refeição principal, e repetir, se assim for permitido, proporciona maior conforto e bem-estar. No entanto, mesmo entre aquelas pessoas que recorrem a este tipo de resposta, é comum a procura por outros apoios. Dirigem-se a diferentes restaurantes solidários ou recebem kits alimentares distribuídos por associações que param as suas carrinhas pela Baixa do Porto, com vista a assegurar alimentos adicionais para essa noite ou para o dia seguinte. Esta afluência evidencia, por um lado, a existência de respostas sociais de alimentação na cidade do Porto que visam contribuir para o combate à fome, e, por outro lado, a persistência significativa destas necessidades.

A (homem, com cerca de 70 anos, frequentador do restaurante solidário há vários anos): Boa noite menina!

Investigadora: Então? Veio cedo, nós também já vamos descer para o restaurante.

A: Sim, já fui buscar este kit aqui à carrinha que está no largo e agora vou ver se como por aqui qualquer coisa, até já! (*Batalha, setembro de 2024*)

De certa forma, embora a alimentação seja crucial para a sobrevivência, estas medidas mantêm um carácter assistencialista, colmatando necessidades imediatas, mas sem promover mudanças estruturais. Assim, não contribuem para construir um caminho que permita ultrapassar a necessidade da sua existência – de forma a que, um dia, já

ninguém necessite de recorrer a estas ações. A permanência de medidas assistencialistas, sem a mobilização de outras estratégias de intervenção, não contrariará o número de pessoas a dormir espalhadas pelas calçadas da cidade.

O caminho que percorria a pé até ao ponto de encontro para iniciar as saídas, permitia observar as “camas” feitas, sobretudo, de papelões e cobertores, nas entradas de prédios e lojas, na rua de Santa Catarina, ou em sítios que lhes permitam abrigar do frio e da chuva, como é o caso do Teatro D. João – ponto de encontro para seguir até ao restaurante da Batalha.

M (senhor, com cerca de 80 anos, há muitos anos em situação de sem-abrigo): Muitas noites em claro eu passei naquela Rua de Santa Catarina...tinha um pedaço de cartão de papel, sabem daqueles castanhos? O que chovia meu deus...e depois o pior é que por vezes distraía-me e ficava sem os cartões que ia tendo, dormia na pedra. *(Batalha, fevereiro de 2025)*

A vida na rua também tem as suas regras, e ninguém está disposto a perder um lugar de pernoita, especialmente as pessoas que dorme ao redor do Teatro D.João. São caras que não passam pelo restaurante, e que preferem esperar pelas carrinhas e pelos seus kits, de forma a garantirem a sua permanência nos locais onde “habitam”.

Retomando um aspeto previamente referido, importa esclarecer porque é que as pessoas que decidem vir até ao restaurante trazem consigo os seus pertences. Na cidade do Porto, várias pessoas que vivem nas ruas tornam-se visíveis, não se escondem, sobretudo nas zonas da Baixa. Quem por cá anda, reconhece, com um olhar atento, cada recanto que possa corresponder a uma casa ou abrigo, seja pelos objetos ou pela presença de um cartão, que procura atenuar as mazelas provocadas pelos passeios. Enquanto sociedade, continuamos a não aceitar que este cartão possa representar um lar, encarando-o como lixo, assim como todos os objetos que estiverem ao seu redor, aparentemente, sem dono. Assim, justifica-se a observação, ao longo dos meses, de pessoas a carregar mochilas e sacos sempre que se deslocavam até ao restaurante – porque correm o risco de chegar aos locais e já não terem lá nada.

Investigadora: Estás a dormir a onde?

T (jovem com cerca de 30 anos, recente em situação de sem-abrigo): Num parque de estacionamento, mas estou e ao mesmo tempo posso não estar, estão sempre a deitar as minhas coisas fora, pessoal do câmara, metem tudo ao lixo... *(Batalha, dezembro de 2024)*

A preocupação em manter a cidade “limpa” das pessoas em situação de sem-abrigo, tem-se verificado por todo o país, sobretudo em épocas de maior afluxo de turistas, como se estes não pudessem ver a dura realidade que existe nas cidades mais populosas

do país. Em consequência disso, colocam-se estas pessoas à margem e sem sossego, ao eliminar tudo o que lhes resta ou diz respeito, para preservar aquilo que é considerado belo na cidade. Esta reflexão remete para a exclusão social, que também se manifesta a nível urbano e territorial. Como refere Guerra (2001), as cidades, sobretudo as mais desenvolvidas, enfrentam problemas urbanos específicos e reforçam desigualdades sociais, expressando as diferenças culturais e os distintos modos de vida, que contribuem para a separação entre classes. As pessoas em situação de sem-abrigo sofrem com estes problemas urbanos, onde experienciam a exclusão dos centros urbanos, impulsionada pela turistificação. Para além da turistificação, a própria arquitetura urbana apresenta determinados elementos que impedem a permanência destas pessoas, principalmente em locais que poderiam servir de pernoita, como vasos ou grades, o que reforça a rejeição social.

Assim, este processo de exclusão, para além de representar uma forma acentuada de discriminação, evidencia a persistência de um estigma social associado às pessoas em situação de sem-abrigo, que lhes causa sofrimento significativo, como me relevaram ao longo do estudo.

C (jovem com 20 anos, mãe solteira em situação de sem-abrigo): Eu vejo como as pessoas olham para mim, como é que as pessoas me encaram por eu dormir na rua. «olha lá vai a puta, a drogada...» (...) eu vejo quando peço, como já pedi dinheiro para comer e me negam, mas depois entram nos restaurantes mais à frente. (...) Nem que me pagassem uma sopa no restaurante, uma sopa já me enchia. (*Alojmanento Social, fevereiro de 2025*)

Esta noção clara do preconceito social relativo ao modo de vida de quem se encontra em situação de sem abrigo, vai ao encontro da ideia proposta por Goffman (1963) de que estas pessoas não são socialmente aceites devido a um estigma social. Considero que este estigma está diretamente relacionado com o facto de grande parte da sociedade e das comunidades locais não ter contacto direto com esta realidade, não se permitindo realmente a conhecê-la, enfatizando o preconceito.

Paugam (1991), afirma que a última fase da desqualificação social é a estigmatização. Aos olhos de outras pessoas, aquelas que estão à “margem” da sociedade são consideradas incapazes, não lhes sendo dadas quaisquer hipóteses de progresso. Este conceito de “desqualificação social” é, portanto, produto de uma construção social que origina uma representação coletiva sobre este suposto “grupo”.

Assim, a mobilização cidadã no revela-se essencial no combate a este estereótipo, desenvolvido ao longo dos anos. A ENIPSSA procurou contribuir nesse sentido, sobretudo a ENIPSSA 2017-2023, no âmbito do eixo 1, que se focou na promoção do conhecimento

sobre o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, bem como na informação, sensibilização e educação da sociedade.

O desenvolvimento do conceito de “pessoa em situação de sem-abrigo” pela ENIPSSA 2017-2023, aprofundado no enquadramento teórico, permitiu dar alguns passos no que que respeita a esta luta, alertando a comunidade para a sua devida utilização. Esta alteração, alerta para o facto de a utilização da expressão “sem-abrigo” acabar por determinar, à partida, a forma como a pessoa é percecionada, anulando as suas características e capacidades, e reduzindo-a à condição em que se encontra. A designação “sem-abrigo” implica, ainda, a afirmação de que essa condição está carregada de estigmas e preconceitos (Machado Pais, 2006).

Assim, embora possa ser visto como “só um conceito”, estes passos no sentido da sua desconstrução são essenciais para combater tais estigmas e preconceitos. Além disso, é urgente manter presente a dignidade humana, que começa pela forma como nos dirigimos às pessoas que se encontram nesta situação. Importa, ainda, assegurar que esta sensibilização e educação seja promovida junto da sociedade em geral, uma necessidade reconhecida pela ENIPSSA 2017-2023, no seu eixo 1.

Como investigadora, no terreno, fui alvo de comentários que considero relacionarem-se com esta noção que elas/eles têm do que podem representar para a sociedade, da negatividade e estigma a si associados. Concretamente, e por diversas vezes, faziam comentários sobre a minha presença e a das/dos restantes voluntárias/os, como se fizéssemos parte de alguma organização que estivesse lá a controlá-las/os e não para prestar apoio e facilitar o acesso a serviços, questionando a nossa atuação no contexto. Compreendia esta reação como uma resposta defensiva à eventual perceção de que estaríamos a tentar tirar algum partido da sua situação de fragilidade.

J (homem com cerca de 50 anos, primeira vez que estabelecemos contacto): Está com frio menina? Tem fome? Coitadinha...-Diz-me, ironicamente. (...) O que é que está aqui a fazer? Ah já sei, é doutora, veio espiar. (*Batalha, janeiro de 2025*)

No decorrer da investigação, fui aprofundando a compreensão destas perspetivas e procurando transmitir às pessoas em causa que o propósito da minha presença era exatamente o oposto do que poderiam recear. Não pretendia expô-las, mas sim dar a conhecer, através das suas vozes e realidades, as intolerâncias sociais que enfrentam, contribuindo assim para o seu combate.

Ao longo da investigação, foi também importante conhecer inúmeros casos de pessoas que, embora apresentem uma noção clara da sua situação atual, mantêm os seus sonhos e objetivos de vida, contrariando o estigma de que as pessoas em situação de sem abrigo não têm objetivos ou metas.

I (mulher com cerca de 60 anos, em situação de sem-abrigo pela primeira vez no alojamento): (...) eu tenho um sonho ainda por cumprir, tenho...

Investigadora: Qual?

I: Trabalhar numa casa de meninos órfãos e cozinhar para todos. (*Alojamento Social, janeiro de 2025*)

C (jovem com 20 anos, mãe solteira em situação de sem-abrigo): (...) sei que não fiz as melhores escolhas na vida, não fiz, mas eu já me culpo por isso, mas eu só quero evoluir, quero ter uma casa, um trabalho, a minha filha, socializar mais, ter mais escola. (*Alojamento Social, fevereiro de 2025*)

J (jovem com cerca de 30 anos, primeiro dia no alojamento): (...) agora quero acabar o meu curso de pastelaria, já estou nisto há muito tempo, estou sempre a desistir, agora tenho de acabar, tenho de sair desta situação. (*Alojamento Social, dezembro de 2024*)

Se o acesso a uma habitação digna, a melhoria das condições laborais, a conclusão de percursos educativos e formativos, bem como o estabelecimento de relações afetivas, podem ser entendidos como objetivos comuns à generalidade das pessoas, importa questionar: o que é que nos distingue efetivamente? Em que medida as pessoas em situação de sem abrigo integram uma categoria à parte, quando as suas metas coincidem com as nossas? Como é que se explica a propensão social para olhar para o lado e desvalorizá-las, esquecendo de que se tratam de seres humanos com uma identidade, que, em muitos aspetos, pode espelhar a nossa? O que nos separa é, sobretudo, o acesso desigual a direitos fundamentais, como o direito a uma habitação condigna, que permite alcançar outros tantos outros direitos essenciais, como o direito ao trabalho, à educação, e à participação social. No entanto, persiste a marginalização destas pessoas que, à semelhança de tantas outras com acesso a recursos e poder, ainda têm tanto para viver e cumprir.

6.1.2. As ruturas sociofamiliares

Estar no terreno de forma frequente permitiu-me conhecer várias pessoas em situação de sem-abrigo, episódios e marcas das suas vidas que, importam considerar neste estudo, sobretudo no que respeita aos laços sociais e familiares. Estes laços, não sendo deterministas desta situação de vida, constituem vivências que influenciam as diferentes trajetórias de vida. Conhecer os percursos de vida permite construir respostas preventivas mais eficazes e desenvolver medidas de apoio integrado e sustentável (Menezes, 2012), contrariando medidas de cariz assistencialista. Muitas das pessoas em situação de sem-abrigo têm as histórias de vida marcadas por ruturas sociofamiliares, e a

sua concepção de família pode remeter para experiências de separação e abandono (Machado Pais, 2006).

A análise do meu diário de terreno revela que as ruturas e os traumas familiares, assim como a negligência e os abusos na infância, estão presentes nas histórias de algumas das pessoas com quem tive o privilégio de conversar e estabelecer reações, e que passo a exemplificar:

O P (homem com cerca de 50 anos, primeira vez em situação de sem-abrigo no alojamento), tive o prazer de conhecer esta noite, mostra-se fascinado com a minha investigação e diz desde logo que espera que tudo aquilo que me diga esta noite seja útil, mas que o mais importante é que seja útil para mim enquanto pessoa.

A A (mulher com cerca de 60 anos, primeira vez em situação de sem-abrigo no alojamento), mostra-se interessada também em conhecer mais do P, que nos conta um pouco da sua trajetória de vida e alguns desafios que se viu obrigado a ultrapassar.

P: (...) basicamente eu com 3 anos fui para uma casa de acolhimento, muito bem conceituada a nível nacional. O meu pai era aquele típico homem do jogo e das mulheres, e a minha mãe prostituta. Foi o melhor que me aconteceu ir para lá, mas não vou mentir, trago muitas marcas negativas também, mas que foram essenciais para ser quem sou eu hoje (...) (*Alojamento Social, novembro de 2024*)

M (jovem de 20 anos, primeira vez no alojamento): (...) mal nasci fui logo retirada aos meus pais porque eles não tinham condições económicas para ficar comigo, mas depois os meus pais adotivos faleceram e eu fui entregue aos meus pais biológicos, as assistentes procuraram-nos e como já tinham condições fiquei com eles (...) a minha mãe faleceu de cancro e o meu pai logo a seguir suicidou-se, pela perda dela. Desde que fiquei com eles (com os pais biológicos), levei com cintos, o meu pai fez-me aquilo que eu escrevi no texto (o texto falava sobre violação), e mesmo depois do meu pai sair de casa, a minha mãe juntou-se com o meu padrasto e ele também sempre me bateu (...) até que decidi sair de casa como já te contei e fiquei a dormir na praia, mas no dia que decidi voltar para casa ainda levei mais e aí disse mesmo que não dava para mim e as técnicas da escola arranjaram-me sítio aqui (...). (*Alojamento Social, janeiro de 2025*)

(...) o B (jovem de 20 anos, em situação de sem-abrigo recente), esteve numa casa de acolhimento dos 16 aos 21 anos, devido à má estrutura familiar. Assume que, quando os pais se separaram, a mãe chegou a vendê-lo sexualmente a um homem para comprar um computador. Ameaçou-o que se contasse algo ao pai, ainda levava por cima. Diz que está a contar isto pela segunda vez na vida, a primeira foi ao pai, mas já anos depois. Esteve bem na casa de acolhimento, mas depois deu uma oportunidade à mãe e voltou para sua casa. Infelizmente, a postura da mesma manteve-se e teve de ir para uma casa de abrigo para vítimas de violência doméstica LGBT. (*Alojamento Social, janeiro de 2025*)

A sala de convívio continua cheia (...) chega um rapaz, que se coloca atrás do nosso sofá, perto de uma das mesas, e está com uma postura pronta para conversar com quem lhe quiser dar esse tempo. O voluntário J aproxima-se dele e eu aproveito e vou ter com eles (...) gostava de

conseguir transcrever a conversa que tivemos de uma ponta a outra, mas ficaria com voltas e voltas na barriga pela sua história, e por a ter de a lembrar ao pormenor.

O A (jovem de 25 anos, de etnia cigana) tem 24 anos e está cá (no Alojamento Social), a par de outro jovem que chegou minutos depois à sala, após terem saído da casa de acolhimento, onde residiam. Tem a sua vida marcada pela violência, quer dos pais, quer dos tios, quer dos avós. Chegou a um momento em que decidiu fazer queixa na escola, tinha ele cerca de 13 anos, e foi para a sua primeira casa de acolhimento. A viver com os avós, a sua escolaridade estava bastante perdida, mas as casas de acolhimento levaram-lhe a bom rumo a nível escolar e conseguiu terminar o 12º ano no curso de hotelaria. (*Alojamento Social, outubro de 2024*)

As notas do diário terreno apresentadas revelam a quebra das relações sociais e familiares, especialmente das consideradas primárias, que influenciaram a vida destas pessoas e a forma como constroem relações socioafetivas ao longo do seu percurso de vida, sobressaindo as situações de abuso e violência (Espíndola et al., 2020).

Tal como mencionado no enquadramento teórico, a rutura dos laços sociais desencadeia um percurso de desafiliação, neste caso dos laços de filiação, que correspondem aos laços primários. Estas trajetórias, tal como afirma Menezes (2012), encontram-se ameaçadas pelos contextos familiares desde a infância, que corresponde ao momento mais importante para a formação da resistência emocional e afetiva, da capacidade para corresponder às exigências sociais, e para manter a motivação para os desafios pessoais. Desde cedo, encontraram-se expostos à exclusão social, sobretudo nos domínios social e das referências simbólicas, colocando em risco a autoestima e a própria identidade. A bagagem emocional transmitida por estes testemunhos, assim como as relações pouco estruturadas que desenvolveram logo na infância, devem ser reconhecidas nos processos de integração social, para que não se tornem barreiras ao seu desenvolvimento.

6.1.3. Sentimento de pertença social e construção de relações

Em contrapartida, e de acordo com Castel (2014), apesar da exposição à desafiliação, esta nunca é total. A perseverança e a resistência acabam por ser características presentes em pessoas que se vêem como excluídas. Com isto, também foi possível observar redes sociais criadas na vivência de se estar em situação de sem-abrigo.

O caso do excerto seguinte descreve um grupo de jovens que iam jantar ao restaurante solidário, e que durante o dia juntavam-se, partilhando uma rotina e os mesmos locais do quotidiano. Sem se conhecerem, a rua foi o ponto de encontro e de união.

Investigadora: Vocês são todos amigos?

R (homem com cerca de 45 anos, já há vários anos em situação de sem-abrigo): Sim, eu sou o mais velho como dá para reparar, bem que podia ser pai deles todos.

Investigadora: Mas dormem todos no mesmo sítio?

R: Não, eu estou numa pensão, mas como gosto de cá vir, acabei por os conhecer e gosto de andar com eles, fazem-me lembrar os meus filhos e os velhos tempos...*(Batalha, dezembro de 2024)*

O vínculo entre pessoas que se conhecem nesta condição é fortalecido pela partilha de territorialidades e refúgios – os mesmos espaços de convivência, seja de dia ou de noite, como um banco de jardim ou um colchão de papelão –, e pela partilha de experiências – os mesmos estômagos vazios que se alimentam nos mesmos locais (Machado Pais, 2006). Assim, justifica-se não falar de uma rutura de laços sociais de forma absoluta, dado que em vários casos estes são construídos novos laços entre as pessoas que partilham, em determinado momento, esta condição de vida (Agulles & Cárcel, 2023).

No Alojamento Social conheci duas pessoas que, curiosamente, se conheceram nesse mesmo dia e a partir de novembro até janeiro estabeleci conversas com eles todas as quintas-feiras, sentados nas escadas do jardim. Observei de perto a criação deste laço entre os dois, que passaram de meros desconhecidos a amigos íntimos, com partilhas que demonstravam a criação da confiança que nasceu entre os dois. Foi com eles que pude testemunhar de perto o início de amizade, nascida das circunstâncias e fragilidades que ambos sentiam naquele momento da vida. Como o P. partilhou comigo, provavelmente, noutra fase da sua trajetória de vida não teria conhecido a A.. Estas relações nascem das semelhanças, comprovando que o ser humano tende a procurar enquadrar-se em grupos ou relações de pares onde encontra afinidades. Nestes casos, sofrem com as mesmas privações e o mesmo estigma (Goffman, 1963).

Estes grupos ou relações de pares refletem o apoio que emerge entre pessoas que partilham experiências semelhantes, oferecendo auxílio com base nessas vivências comuns. Neste caso, observei este apoio a manifestar-se de forma informal, contemplando a proteção mútua e a construção de laços afetivos, que se tornam um símbolo de resistência face à condição de se estar em situação de sem-abrigo. No entanto, este apoio pode também ocorrer de forma mais formal, com educadores/mediadores de pares – alguém que já vivenciou a experiência na primeira pessoa – devidamente formados e que prestam um acompanhamento estruturado (Miler, et al., 2020).

Foi no alojamento, perante as adversidades da vida e vivendo ambos momentos de vulnerabilidade, que o encontro e companheirismo que foram desenvolvendo se revelou uma arma importante para levar esta fase da vida de outra forma. Como observadora, praticamente em primeira linha, desta amizade, e desenvolvendo também com eles uma excelente ligação, aprendi e realizei inúmeras reflexões sempre que saía do local, fruto das

nossas conversas, que se relevaram valiosas para a problematização da forma como estamos e encaramos a vida. Estas duas pessoas foram participantes particularmente relevantes nesta investigação, pela curiosidade que mantêm sobre a vida e pela crença na possibilidade de mudança e melhoria, incentivando este estudo, tornando-o mais forte e demonstrando a sua necessidade – como ilustra a citação que se apresenta abaixo.

Investigadora: (...) O que quero também compreender é como é que se relaciona ou pode relacionar a educação de adultos com estes processos de integração social, (...) falo da informal que pode ser trabalhada, por exemplo, pelas vossas técnicas, trabalhar convosco a autoestima, confiança, relação com os outros...

A (mulher com 60 anos, primeira vez em situação de sem-abrigo no alojamento) : Inês, isso é incrível! É base de toda a pirâmide! Quantas e quantas pessoas não precisam de trabalhar estes aspetos
(*Alojamento Social, novembro de 2024*)

6.2. Perspetivas de pessoas em situação de sem-abrigo sobre as respostas sociais do porto

6.2.1. Sentimento de frustração e desânimo face à ausência de respostas sociais

Um dos principais objetivos desta investigação é compreender as perspetivas das pessoas em situação de sem-abrigo sobre as respostas e mecanismos sociais de integração no Porto, procurando partilhar e amplificar as suas vozes, muitas vezes marcadas pela frustração e desânimo face à ausência dessas respostas.

Devido à pluralidade dos contextos a que me propus investigar, abordei e estabeleci diálogos com diversas pessoas que vivem na rua ou que estavam no Alojamento Social. Esta escolha tornou o estudo mais abrangente, permitindo incluir diferentes formas de viver em situação de sem-abrigo – algumas sem teto, outras com teto – permitindo-me compreender a abrangência do próprio conceito, que inclui todas/os aquelas/es que se encontram também neste tipo de alojamentos e respostas sociais.

A grande questão que une todas as pessoas que vivem em situação de sem-abrigo é a habitação – terem um local onde possam não apenas dormir, mas também construir uma família e viver de forma digna o seu quotidiano. A falta de uma habitação condigna é também considerada um problema de saúde pública, pois pode agravar condições de saúde pré-existentes ou causar novos problemas (Espíndola et al., 2020).

As pessoas que participaram nesta investigação, encontravam-se a viver na rua ou a residir no alojamento e, embora tendo um teto, demonstravam temer ir ou voltar para a rua. A falta de uma casa própria limita o acesso a muitos outros recursos, o que leva à criação de diversas respostas e mecanismos sociais, de forma a colmatar as necessidades

identificadas. Com o passar dos meses, aquelas que ainda não alcançaram um alojamento, mesmo que apenas um quarto, acabam por desacreditar nos serviços aos quais pedem auxílio, percepcionando-os como insuficientes, como é o caso da linha 144, uma linha de emergência nacional destinada a pessoas que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade e desproteção. Esta linha encaminha as pessoas para as camas de emergência, em alojamentos temporários. Contudo, no relatório final *ex-post* da ENIPSSA 2017-2023 proposto à Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (SGMTSSS), constatou-se que as respostas de emergência eram escassas e não chegavam a todas as pessoas que as procuravam, contrariando uma das premissas da estratégia, que estabelece que ninguém deve permanecer nas ruas por mais de vinte e quatro horas (SGMTSS, 2023) – o que aconteceu com algumas das pessoas com quem contactei.

R (jovem com cerca de 30 anos, de nacionalidade estrangeira): Está muito lixado...ainda por cima já liguei mais de 3 vezes para a linha 144 e não atendem. (*Batalha, dezembro de 2024*)

P (homem com cerca de 50 anos, primeira vez em situação de sem-abrigo no alojamento): Olha para vir para aqui foi um caos, vim uma noite de urgência linha 144, noite a seguir volto para a rua. Torno a ligar para a linha 144 que não me atendem a noite toda, estou eu deitado num banco de jardim a pensar na minha vida e que vou dormir na rua. Acabam por me atender e eu desentendo-me com o técnico que me atende porque para além de não atender, quando atende é mal educado, vira-se para mim “se a sua técnica não lhe arranhou uma solução, nós também não”, mas estamos a brincar? Como é que a minha técnica me ia arranjar uma solução em 24 horas? (*Alojamento Social, novembro de 2024*)

Os serviços que não são de emergência, mas sim de acompanhamento por parte das/dos técnicas/os sociais, hoje denominadas/os gestoras/es de caso, foram também abordados, principalmente por quem se sente desemparedada/o e desprotegida/o por parte dos mesmos. Esta questão coincide com o que foi reconhecido pela ENIPSSA 2017-2023 no seu relatório final *ex-post*, que apontou uma fraca continuidade no acompanhamento prestado pelas/os gestoras/es de caso (SGMTSS, 2023). Tal como a própria estratégia reconhece, isso acontece devido a uma falta de investimento financeiro nestes/as profissionais, que são mantidas/os através de várias entidades dos diferentes NPISA ou por projetos financiados por fundos estruturais.

H (homem com cerca de 40 anos, a viver em situação de sem-abrigo desde que retomou do país onde estava a trabalhar): (...) continuo a dormir nas Fontainhas com ela há 1 ano, isto não é vida. Mas o pior é eu pedir ajuda e negarem. Até a polícia já tive de chamar (...) Mandaram uma técnica ver onde

eu dormia, teve a lata de dizer no relatório que estava ali há 1 mês quando sabe que eu lá estou há 1 ano, esquece ninguém quer saber. (*Batalha, setembro de 2024*)

Esta falta de investimento por parte da ENIPSSA tem um impacto direto na relação entre as/os técnicas/os e as pessoas que auxiliam, resultando em redes de acompanhamento pouco eficazes e desestruturadas, sem capacidade para responder adequadamente às suas necessidades. Para assegurar a integração social destas pessoas, torna-se essencial estabelecer uma relação coesa de acompanhamento, dedicada a aspetos pessoais e sociais, de forma a abrir caminhos que conduzam a esta integração.

A descontinuidade no apoio agrava outra questão crucial: a falta de uma morada fiscal. Pelo que fui compreendendo, há múltiplas respostas e apoios sociais que exigem a existência dessa morada para que os processos possam avançar, o que afeta significativamente as pessoas quem se encontram a viver na rua. Embora algumas associações facultem a sua morada para facilitar vários processos, como a leitura e interpretação de correspondência, na gestão de cuidados de saúde e no acesso a vários serviços, utilizando, desta forma, uma morada fiscal privada e não pública. Esta solução parece nem sempre ser suficiente, colocando as pessoas perante um impasse burocrático que as impede de aceder a serviços sociais, como se evidencia no seguinte relato.

S (jovem com cerca de 30 anos, proveniente de Lisboa): (...) eu não sou cá do Porto, então dizem-me que não me podem dar uma técnica sem morada fiscal no Porto. Tenho uma residência de uma associação, mas dizem-me que não pode ser uma residência fiscal privada, tem de ser pública...ligo para a linha 144 não me sabem dizer nada e empurram que a Santa Casa da Misericórdia, que empurra para outros sítios...e ficamos onde? (*Batalha, outubro de 2024*)

Este gesto por parte de determinadas organizações sociais demonstra a solidariedade e empenho em situações que, à primeira vista, parecem insolúveis. No entanto, esse esforço revela-se insuficiente. Estas tentativas também se mantêm, muitas vezes, à margem, tal como as pessoas que necessitam de aceder aos serviços.

A insatisfação face às respostas sociais transpareceu, em muitas das conversas, a sensação de estar enredado num círculo vicioso, que deriva de vários fatores e que é representativo do próprio processo de exclusão social.

M (senhora com 80 anos, em situação de sem-abrigo há vários anos): (...) se eu conseguisse andar, andar bem, já tinha saído daqui há muito tempo. Estou muito cansada. E não vejo volta, é que esse é que é o problema, não vejo volta. (*Alojamento Social, janeiro de 2025*)

D (homem com cerca de 60 anos, primeira vez no alojamento social): Pois, esse é o problema porque eu não sei para onde vou, a minha data está a chegar, eu já tenho dito à minha irmã, a minha hora está a chegar. Também sou sincero, não me tenho preocupado muito com isso, mas agora vou estar com a minha assistente social, não sei se ela vai conseguir arranjar um quarto...mas vou pagar um quarto como? É que dizem-me “junta dinheiro”, junto como? Também tenho de ter dinheiro para as minhas coisas, não dá, é muito fácil falar. (*Alojamento Social, outubro de 2024*)

Face à ausência de acesso a habitações sociais, para o qual o apoio do Estado é essencial, e perante a crise habitacional que vivemos em pleno século XXI, torna-se evidente que esta crise é ainda mais intensamente sentida e vivenciada pelas pessoas que se encontram em situação de sem abrigo e com menos recursos para enfrentar esta situação. A falta de habitações sociais, que são consideravelmente mais acessíveis, obriga grande parte das pessoas em situação de sem-abrigo a procurar espaços mais reduzidos, como quartos cuja renda, na cidade do Porto, pode rondar os quinhentos euros. A prática de valores de arrendamento a preços inalcançáveis, coloca as pessoas que vivem com recursos económicos bastante limitados, numa situação de grande vulnerabilidade. Além disso, o facto de viverem em situação de sem-abrigo limita ainda mais as suas possibilidades de arrendar qualquer espaço, evidenciando a discriminação social que estas pessoas enfrentam.

M (mulher com 50 anos, primeira vez em situação de sem-abrigo no alojamento): Eu sinceramente não sei o que vai ser de mim, eu não encontro quartos, não vale a pena, e depois se dissermos que estamos numa instituição destas é que ninguém nos dá hipótese. (*Alojamento Social, novembro de 2024*)

Importa, ainda, acrescentar que fica comprometido o cumprimento do previsto na ENIPSSA 2017-2023, nomeadamente no objetivo 6 presente no eixo 2: “...assegurar o apoio técnico à saída de um Alojamento Temporário durante o tempo necessário”. A realidade que observei ao longo destes meses, demonstra que a transição de forma autónoma e individual constitui um grande desafio, perpetuando o desânimo e a incerteza face ao futuro. O sentimento de angústia perante a tentativa de mudança traduz-se numa sensação de estagnação e impotência, refletindo-se também ao nível da saúde mental, que pode ser gravemente afetada nestes contextos (Machado Pais, 2006):

Cada dia que passa é um dia a menos a que se podem agarrar. O pior é quando surge a convicção de que não vale a pena alimentar a esperança. O farfalhar de palavras secas, sem seiva, mostra que o pessimismo, entre muitos deles, ocupou o lugar da esperança. (p. 147).

6.2.2. Positividade face às respostas sociais encontradas

A etnografia permitiu identificar diversas similaridades, mas também perspetivas contrastantes, que enriquecem o estudo e evidenciam a heterogeneidade da população em situação de sem-abrigo. Nos dois locais de investigação, ouvi várias vozes que manifestam confiança nas respostas sociais. Nessas vozes, foi possível encontrar diferentes tipos de discursos positivos – desde experiências pontuais de melhoria, a sensações de alívio “temporário”, que apresentam uma eficácia imediata, embora sem garantia de continuidade:

Investigadora: Fico contente por saber que pelo menos foram encontradas soluções para melhorar a sua situação.

M (mulher com cerca de 60 anos): Ah isso sim, não tenho que dizer. Agora vou arranjar um cantinho para sair daqui e vai correr bem...tem de correr. (*Alojamento Social, setembro de 2024*)

Investigadora: Mas como é que conheceu o albergue, foi a sua técnica?

M (senhora de 80 anos, pela segunda vez no alojamento): Foi foi, ela disse que tinha uma vaga para mim e na altura eu vim logo. Quer dizer, a primeira coisa que fiz foi ligar para a linha 144.

Investigadora: E eles atuaram?

M: Sim, arranjam logo uma solução para aquela noite. (*Alojamento Social, setembro de 2024*)

Para além destas experiências, foi possível aceder a discursos que relevam vivências mais estruturantes, marcadas por um otimismo mais profundo, associado a mudanças com potencial de estabilidade, nomeadamente ao nível da habitação e da educação/formação – estas últimas mencionadas como um dos objetivos da ENIPSSA 2017-2023: “Objetivo 7B- Disponibilizar soluções de capacitação, educação, formação profissional e inserção profissional.”

P (homem com cerca de 50 anos, primeira vez em situação de sem-abrigo no alojamento): (...) esta técnica foi o melhor que me apareceu na vida. Eu já tive muitos técnicos (...) esta é muito muito boa. A diferença é que ela me ouviu, ela sabia o que eu precisava e não me deixou sozinho (...) Ela conseguiu uma casa camarária. (*Alojamento Social, novembro de 2024*)

M (homem com cerca de 70 anos): (...) Estou a tirar um curso ali no IEFP no Cerco (...) aquilo é impecável! O espaço...parece uma cidade lá dentro, tem de tudo, e tem muitos cursos. Ainda tenho direito a almoço, numa cantina lá (...) estou a tirar jardinagem (...) estão-me a ensinar coisas que nunca pensei aprender. (*Alojamento Social, janeiro de 2025*)

A questão da formação foi marcante numa conversa com uma participante, por assumir um valor pessoal e relacional, não apenas como meio para o emprego, mas como forma de desenvolvimento pessoal:

M (mulher com 50 anos, moldava e em situação de sem-abrigo há vários anos): (...) agora tenho curso de manhã e trabalho, não posso ficar doente.

Investigadora: Que bom! Está a fazer curso de quê?

M: Eu trabalhava em Évora antes, no campo, então gostava de ter mais formação nisso.

Investigadora: Onde é que está a tirar o curso?

M: Ali no heroísmo, é muito bom para mim.

Investigadora: E sente que para si investir na educação é bom?

M: Sim muito. Investigadora: Eu desde pequena que gosto de estudar, já tenho curso na Ucrânia, depois

na Rússia, sempre gostei de estudar. Sinto que com mais conhecimentos chego mais às outras pessoas (...) e depois também, não agora, mas daqui a uns tempos, tenho mais oportunidades de trabalho. *(Batalha, outubro de 2024)*

Desde passagens positivas pelo alojamento, através do contacto com a linha 144, passando pelo reconhecimento do trabalho das/dos técnicas/os sociais, até às respostas orientadas para o aumento da escolaridade e das qualificações, com o objetivo de alcançar um futuro mais promissor e com maiores oportunidades de trabalho, todas estas partilhas revelam perceções contrastantes relativamente às respostas sociais, demonstrando que o acesso e a eficácia destas não são percecionados de forma uniforme.

Foi sempre claro, nas conversas com estas pessoas, que a sua positividade, felicidade, e esperança contrastavam com os sentimentos transmitidos pelas pessoas com perspetivas contrárias, como o desânimo e a frustração, previamente mencionados. Embora várias respostas sociais não resolvam plenamente a problemática da exclusão, ao permitirem aceder a respostas mais emergenciais, e vislumbrar uma saída, parecem contribuir para transformar a forma como estas pessoas percecionam a sua trajetória e o seu futuro, proporcionando um novo olhar sobre si próprias e sobre o que o que as rodeia.

Contudo, a coexistência destes relatos distintos suscita dúvidas e levanta novas questões a explorar: o que diferencia aquelas/es que conseguem aceder aos mecanismos sociais que lhes permitem alcançar autonomia e desenvolvimento a vários níveis, daquelas/es que continuam a sentir-se excluídas/os desses mesmos mecanismos? Que fatores influenciam a forma como cada pessoa se relaciona com as respostas sociais disponíveis, e vice-versa?

Esta etnografia não oferece respostas definitivas, mas permite compreender que este processo de integração de pessoas em situação de sem-abrigo traduz-se, não numa falha generalizada ou num sucesso absoluto, mas numa pluralidade de experiências

marcadas por percursos de vida e vínculos, que vão desenhando a linha ténue entre o acolhimento e a exclusão.

6.3. Acolhimento ou exclusão? – vivências no Alojamento Social

A minha experiência como investigadora no alojamento, foi particularmente vantajosa, por permitir o contacto com pessoas em situação de sem-abrigo no âmbito de um alojamento social.

Durante o período de acolhimento, este alojamento disponibiliza acompanhamento técnico, refeições, e equipamentos para suprir as necessidades básicas de higiene pessoal e tratamento de roupas, assim como um desenvolvimento com vista a uma integração social.

Ao longo da investigação identifiquei dinâmicas complexas, entre o acolhimento e exclusão social, dentro do Alojamento Social, evidenciadas tanto pelas partilhas das/dos participantes, como pelas observações realizadas no terreno. Estas dinâmicas, ao requererem uma reflexão aprofundada sobre o contexto em causa, conduziram à opção de interpretar estes dados de forma autónoma, evitando a fusão com dados obtidos na Batalha.

Assim, importa começar por referir que o alojamento se apresenta como um espaço amplo, com jardins cuidados, e zonas comuns que permitem o convívio entre os “utentes”. As únicas salas que tive oportunidade de conhecer neste centro foram o gabinete de segurança, ao qual os voluntários se dirigem todas as quintas-feiras para o cumprimentar, e a sala de convívio, no andar de baixo, composta por sofás dispostos em frente a uma televisão, mesas preparadas para a utilização de computadores, outras mesas com cadeiras, e estantes com livros.

O ponto de encontro para iniciar as saídas é sempre no portão, onde aguardamos a chegada de todas/os as/os voluntárias/os da noite, para depois avançarmos.

12 de setembro, quinta-feira. Hoje vou chegar mais atrasada, visto que o ponto de encontro é às 19h45 e já são praticamente 20 horas. Quando lá chego, despeço-me da minha mãe, que me leva de carro. Entretanto, o J, um colega voluntário desta saída chega e criamos aquela típica conversa de circunstância até chegarem os restantes voluntários. (*Alojamento Social, setembro de 2024*)

Na sala de convívio, à noite, nunca se encontravam muitas pessoas. Grande parte dos residentes depois do jantar, aproveitava para sair e ir até ao café, ou para subir até aos quartos para descansar. Quem decide sair tinha de regressar, no máximo, até às 22 horas, uma vez que, depois desse horário, a sua estadia no espaço terminava. Nos dois

locais de saída, a minha integração enquanto investigadora foi leve. Por um lado, porque as pessoas já me conheciam, o que facilitou o processo, e por outro lado, pela vontade que algumas demonstravam em partilhar a sua perspetiva e em fazer parte desta investigação, que desde o início procurou apresentar-se como um lugar seguro, nomeadamente a partir da minha postura no terreno.

Sempre que retomávamos o assunto da minha investigação, dizia-lhes que, acima de tudo, a mesma me permitia relacionar com pessoas (...), e que, a nível pessoal, eu aprendia muito com esta experiência.

P (homem com cerca de 50 anos, primeira vez em situação de sem-abrigo no alojamento): (...) O que importa muitas vezes não é se sabes do que é que estás a falar, se estudaste muito aquela área, o que importa é o profissional que tu és no contexto, e tu tens essa cena. Acredita. (*Alojamento Social, novembro de 2024*)

Apesar de, no início da investigação, permanecer grande parte do tempo na sala, muitas das notas etnográficas evidenciam conversas que estabeleci no jardim. Neste espaço observei um maior à vontade por parte das/dos residentes, frequentemente acompanhadas/os pelo seu cigarro – o grande motivador para, em pleno inverno e à noite, estarem pelo jardim,.

Tanto na sala como no jardim, a maior parte das pessoas encontrava-se sozinha, revelando a existência de reduzidas relações sociais. No entanto, por vezes, pela iniciativa das/dos voluntárias/os, conseguíamos estabelecer conversas de grupo, na expectativa de que mais pessoas interagissem, não só connosco, mas uns/umas com os/as outros/as. Além disso, o grupo de voluntariado realiza atividades específicas, como foi o caso do Magusto em novembro.

Dança-se e comem-se castanhas, as da primeira fornada. A música está boa mas não chega a todos, os mais jovens ficam-se mais por estar sentados nas escadas. Sugiro darmos ânimo, colocando músicas do Nininho, cantor cigano por muitos adorado. Quando começa a tocar, as diferenças são notórias. A música, pode mesmo ser um meio de inclusão, e união. Nunca vi neste local tanta gente junta em poucos metros quadrados únicos pela música e castanhas.

Unidos por pessoas. O ambiente é um ambiente de amizade, um ambiente que dá prazer de estar presente, se tudo isto pudesse ser gravado conseguiria transcender a todas estas palavras, fica difícil explicar nestas notas esta noite. (*Alojamento Social, novembro de 2024*)

Como as entradas e as saídas acontecem de forma fluída no alojamento, ao longo destes meses conversei com muitas pessoas. Com algumas destas pessoas estabeleci uma ligação mais profunda que me permitiu conhecer inúmeras histórias, todas as semanas, até à sua saída, como é o caso dos excertos enunciados nas “raturas

sociofamiliares”, mas também acerca das vivências, gostos pessoais, e como é que foram lidando com a sua passagem pelo local.

Durante este período, foi importante manter presente o meu papel de investigadora e observadora participante, para que a criação de laços, que é inevitável quando se estabelecem ligações humanas, não compromettesse a necessária distância analítica. No entanto, importa salientar, que foi precisamente através destas relações que consegui ir mais longe na investigação e aceder a informações mais amplas e significativas. A “linha” que nos separa, enquanto investigadoras/es, das pessoas com as quais desenvolvemos investigação, e com as quais nos podemos identificar em diversos aspetos torna-se, por vezes, bastante ténue, podendo exigir acentuar esta distância analítica. A título de exemplo, partilho o caso da M., uma jovem de 20 anos, que dada a nossa proximidade de idades, começou a procurar-me só a mim dentro do grupo de voluntárias/os, tendo evidenciado que estaria a estabelecer algum grau de dependência, querendo que todas as semanas eu passasse pelo local. Chegou a ser importante distanciar-me uma semana do local, de forma propositada, para evitar eventuais consequências negativas, tanto para mim, enquanto investigadora, como para a M..

Este episódio sublinha a importância de manter o equilíbrio entre a proximidade e o distanciamento na investigação, garantindo que as relações interpessoais não comprometem o rigor do estudo. Reforça, assim, a necessidade de manter uma postura reflexiva e atenta a estas particularidades, enquanto investigadora, mas também enquanto voluntária, sendo este um papel que continuarei a desempenhar.

6.3.1. Rigidez e barreiras burocráticas

No alojamento social, as regras sempre se mantiveram bastante presentes para estruturar o seu funcionamento, sendo reforçadas tanto pelas pessoas que lá estão temporariamente, como pelos próprios funcionários. Neste caso, os seguranças foram os únicos que conheci e com quem estabeleci algum contacto, e iam mencionando algumas destas regras ao longo das nossas conversas semanais. Dentro do horário a que me dirigia ao alojamento, já não encontrava mais nenhum técnico.

Como em qualquer contexto, as regras estão presentes para nos balizar enquanto membros de uma sociedade, de uma casa, de um emprego, e este centro não poderia ser exceção. Se o seu objetivo passa por reintegrar estas pessoas, as regras são elementos com os quais elas têm de conviver. Contudo, é importante olhar de forma atenta e refletir sobre as repercussões das mesmas e os resultados que podem produzir nas suas trajetórias de vida, uma vez que poderão ter efeitos contrários aos desejados, como mostram os testemunhos recolhidos.

Algumas destas regras passam pela gestão interna do próprio espaço, como regras de entrada e saída ou regras mais específicas, como a obrigação de avisar se estarão presentes ou não nas refeições a realizar dentro do centro, sendo aplicadas penalizações no caso de incumprimento, como evidencia a seguinte partilha:

Investigadora: Mas então, vou-lhe fazer uma pergunta...apesar das várias coisas que aponta aqui ao alojamento, o que é que sente que aprendeu com esta passagem?

I (mulher com cerca de 60 anos, em situação de sem-abrigo pela primeira vez no alojamento): Olhe, vou-lhe responder a isso (ri-se). Há cerca de um mês, não almocei dois dias seguidos aqui, porque tive de ir tratar de assuntos pessoais que ninguém pode tratar por mim, e quando eu cá cheguei no primeiro dia ninguém me recebeu para me dizer as regras do sítio. (...) Pelos vistos eu tinha que avisar sempre que não comesse cá, como não o fiz fiquei 30 dias sem direito à refeição do almoço.

Dou por mim a olhar para o A (outro voluntário), que está com a mesma cara que eu, incrédulo.

Investigadora: 30 dias?

I: Sim filha, 30 dias. Ainda fui falar com quem de direito, dizer que não sabia, mas é assim...são regras. Desculpa mas isto não se faz...não se faz. Andei 30 dias a comer de ajudas por aí. (*Alojamento Social, janeiro de 2025*)

O episódio relatado, e que a minha pergunta sobre o que tinha aprendido na sua passagem pelo alojamento social suscitou, não reflete uma experiência positiva. Pelo contrário, retrata as dificuldades vividas por estas pessoas e evidencia a rigidez destas regras e dimensão penalizadora do não cumprimento das mesmas.

Esta rigidez levanta também questões sobre a sua proporcionalidade: será este tipo de punição adequado face à gravidade do incumprimento? Recordo que este alojamento destaca como um dos seus objetivos a melhoria do estado da subalimentação das pessoas que acolhe. Neste sentido, imposições como as mencionadas acabam por contrariar uma das suas principais missões, a de constituir um suporte para a integração social. A posição em que colocam as pessoas com este tipo de regras pode agravar um ambiente de tensão e e sensação de controlo, em detrimento da promoção de um ambiente de confiança e de desenvolvimento positivo. Este ambiente, poderia e deveria ser gerado através de regras devidamente elaboradas e construídas de uma forma mais educativa em vez de punitiva. Como Goffman (1987) refere, em instituições desta natureza, a imposição de regras cria, nas pessoas participantes das mesmas, um sentimento de angústia face à possibilidade de desobediência e às consequências que daí podem decorrer. Para além da visão das pessoas que já usufruem destes serviços, importa também considerar o impacto que estas dinâmicas têm na perceção de outras pessoas em situação de sem-abrigo, podendo influenciar negativamente a sua adesão a estes serviços, prejudicando-as. Tal como no dia a dia de qualquer pessoa, as pessoas que vivem na rua trocam opiniões acerca dos vários serviços disponíveis pela cidade e sobre a sua perceção relativamente a este tipo de alojamentos, influenciando a sua aproximação aos mesmos.

Pela voz da pessoa que relata esta sanção, compreende-se que houve uma tentativa de reverter a situação, falando “com quem de direito”, como a mesma afirma. No entanto, como “são as regras”, nada mudou. Ainda enuncia que dependeu de terceiros para conseguir realizar a sua refeição, o que reforça não só o impacto direto da punição, mas também a inflexibilidade da instituição e a falta de diálogo entre os dois lugares de fala, que evidencia de forma clara quem detém o poder nesta relação. Regras desta natureza, que moldam os modelos institucionais, acentuam as relações de poder assimétricas, não considerando a voz das pessoas em situação de sem-abrigo na definição das normas que visam orientar o seu percurso. Além disso, a restrição de contacto entre quem tem poder e quem se encontra numa situação de maior vulnerabilidade, contribuir para perpetuar os estereótipos associados a esta condição. Assim, continuam a desenvolver-se dois mundos paralelos que, apesar de caminharem juntos, não se interligam de forma efetiva (Goffman, 1961).

As relações de poder presentes nestas medidas e nos discursos de quem as experiencia remetem para a relação entre oprimidos e opressores, desenvolvida por Paulo Freire na sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1975), que fundamenta a reflexão crítica sobre estas dinâmicas. Os oprimidos reconhecem, perfeitamente, o carácter injusto e violento de uma sociedade opressora. Não se pode querer desenvolver uma ação verdadeiramente crítica e transformadora com os “oprimidos” se esta for construída à sua margem, isto é, sem considerar os seus anseios, as suas dúvidas, as suas esperanças e sonhos, e sem partir da sua própria experiência. Desta forma, nenhuma intervenção com as pessoas em situação de sem-abrigo que pretenda levar à sua autonomia e participação não as pode manter como objetos, mas sim parte da construção de ações interventivas (Freire, 1975). Mobilizar a abordagem de Freire como uma analogia ao que se revela no alojamento, permite-nos compreender que a ausência de uma participação mais ativa, no que toca, por exemplo, a esta estruturação das regras e da burocracia implementada no local, perpetua a opressão estrutural e as relações de poder. Dinâmicas que se tornam tão acentuadas que acabam por afastar as pessoas destes serviços, tornado invisível um possível caminhar até à sua integração social.

No que respeita a regras mais estruturais, que influenciam o dia a dia das/dos “moradoras/es”, ao longo destes meses destacou-se com frequência a referência aos horários de entrada e saída do alojamento.

D (homem com cerca de 60 anos): (...) Mas não desgosto de estar cá, tem é muitas regras, mas é assim. Ainda da outra vez eu tive uma reunião, e era às 8h30 em Matosinhos, tive que sair daqui às 6h30, quando o segurança me viu cá em baixo começou logo a perguntar a quem é que eu tinha

pedido autorização...eu sei que tinha que ter pedido ao Doutor, mas eu não ia brincar, era uma reunião. Eu também disse-lhe logo “(...) deixe-se de coisas e abra-me o portão por amor de Deus”.

Investigadora: Então vocês também têm hora de estar a pé, por assim dizer?

D: Sim, só depois das 7 horas é que podemos descer, antes só com autorização. (*Alojamento Social, outubro de 2024*)

Como já foi mencionado neste ponto, as normas relativamente aos horários estão presentes e são relevantes em vários aspetos do quotidiano, nomeadamente no emprego. Assim, entende-se como importante trabalhar características que possam ser relevantes para a integração social, tais como a pontualidade, a assiduidade, e o cumprimento de horários de uma forma geral. Assim, a citação previamente apresentada não contraria este entendimento, mas releva discordância com a expressão do poder e a imposição.

Este alojamento apesar de ser temporário, cuja duração da estadia poderá estender-se até seis meses, algo que tive oportunidade de comprovar no terreno, enquanto voluntária. Acaba por ser um suporte mais imediato para quem se encontra na rua ou a caminho dela. Esta abordagem foi mencionada várias vezes pelas pessoas participantes, sobretudo neste ano de 2025.

A (mulher com 50 anos, primeira vez em situação de sem-abrigo no alojamento): (...) Sim a dona A foi embora a semana passada. Estava a chover mesmo muito e naquele dia meteram a mulher lá fora com 65 anos. Esteve cá 3 meses, mas mesmo isto sendo temporário deveria haver outra forma de lidar com as pessoas...não se faz. Foi uma mulher desta idade sem dinheiro para comer, sem nada, para o aeroporto. (*Alojamento Social, março de 2025*)

Este testemunho acaba por salientar questões relacionadas com a dignidade humana e a forma como estas medidas são percecionadas pelas pessoas a quem se dirigem. A situação descrita, não passa despercebida, sobretudo considerando a idade da pessoa em causa, que intensifica a sua condição vulnerabilidade. Esta aplicação rígida do tempo de estadia, que ultrapassa o poder de atuação das/os técnicas/os do local, ignora as circunstâncias individuais, suscitando a seguinte questão: será esta uma medida centrada, de facto, na pessoa?

O que esta partilha revela, é que parece prevalecer a burocracia institucional em detrimento dos direitos das pessoas que este serviço visa proteger, ainda que isso implique deixar a pessoa em causa sair do centro “...sem dinheiro para comer, sem nada...”.

Pensar num processo de integração desta forma remete, uma vez mais, para o círculo vicioso da exclusão. Estas pessoas têm acesso a um teto, temporariamente, voltando, num curto espaço de tempo para a rua. Vendo-se obrigadas a procurar lugares para passar o seu dia e dormir, que não apresentam as condições necessárias e dignas

de uma habitação, como é o caso do aeroporto Francisco Sá Carneiro, que tem recebido e acolhido muitas pessoas, com quem também contacto na Batalha. Além disso, o discurso das pessoas participantes nesta investigação, revela ser recorrente esta retoma às ruas após a estadia no alojamento social.

Investigadora: Então e a Dona I, foi para onde sabem?

M (senhora de 80 anos, pela segunda vez no alojamento): Foi para a rua menina, voltou para a rua.
(*Alojamento social, setembro de 2024*)

Assim, este tipo de intervenção temporária não parece corresponder ao que é proposto alcançar no eixo 2 da ENIPSSA 2017-2023 - “Assegurar que ninguém é desinstitucionalizado sem que tenham sido ativadas as medidas e apoios para garantir um lugar adequado para viver, sempre que se justifique.” Além disso, leva-nos a questionar se terão sido ativadas todas as medidas e apoios possíveis no sentido de garantir que estas pessoas não voltassem para a rua, sobretudo, perante a ausência clara de condições.

6.3.2. Falta de vínculo e ausência de pertença ao Alojamento Social

Conhecer as pessoas que estiveram durante estes setes meses no alojamento social, implicou compreender a relação que construíram com o próprio local, relevante durante alguns meses das suas vidas. Enquanto seres humanos, é fundamental sentirmo-nos parte de algo para desenvolvermos o bem-estar, tanto emocional, quanto social. Pertencer a um determinado contexto vai além da presença física, implica construir uma conexão que favoreça o acolhimento e o desenvolvimento gradual de autonomia.

Nos discursos registados no diário de terreno, é abordada a ausência de desta ligação e envolvimento com o alojamento, refletindo uma ausência de pertença ao mesmo. A origem desta desconexão, foi em algumas partilhas associada à inexistência de um acolhimento efetivo e da promoção de sentimento de pertença ou de estar em “família”.

M (jovem de 20 anos, primeira vez no alojamento social): Aqui? Acho que falta sentir a sensação de família que eu sentia em casa dos meus pais adotivos (...) eu quero arranjar um sítio para ficar, um quarto, seja o que for, prefiro do que estar aqui. (*Alojamento Social, janeiro de 2025*)

I (mulher com cerca de 60 anos, em situação de sem-abrigo pela primeira vez no alojamento): Quando cheguei aqui, vi exatamente o que vivi em Angola.

Investigadora: Então este local é horrível, é isso? (devido a conversas anteriores com a I, Angola simboliza-lhe a guerra, pela qual passou).

I: Sem dúvida, é um lugar de escuridão. Digo-vos, aqui falta amor, muito amor.

Investigadora: Mas porquê que acha que falta amor?

I: Pelas pessoas que cá andam, não há amor. E vocês conseguem trazer esse amor às quintas-feiras.
(*Alojamento Social, janeiro de 2025*)

Várias das pessoas que abordaram a forma como se sentem dentro do alojamento mencionaram esta “escuridão” e a falta de um ambiente mais familiar, isto é, a ausência da identificação deste espaço como um lar – que não se resume a um teto, mas implica segurança emocional e a oportunidade de construir relações significativas. A falta de ligação ao espaço onde se encontram, pode ser compreendida à luz da exclusão social simbólica, conforme interpretada por Alfredo Bruto da Costa (1998), ou seja, como uma forma de exclusão no sentido da não pertença a uma comunidade. Neste sentido, espera-se que um espaço que assume uma função integradora, não perpetue algumas das faces ou dimensões da exclusão social já vivenciadas pelas pessoas em situação de sem-abrigo.

Porém, é salientada a relevância da presença das/os voluntárias/os no contexto, não apenas enquanto elementos de apoio emocional, mas também enquanto facilitadoras/es de relações horizontais. Estas relações são pautadas pela proximidade, estabelecendo-se uma posição de igualdade com quem se encontra no alojamento. Tal como transparece nas partilhas das pessoas participantes, esta abordagem por parte das/os voluntárias/os contribui para a construção de vínculos de confiança e promove um ambiente emocionalmente seguro, em linha com os objetivos esperados das suas saídas ao terreno.

Em contrapartida, a desconexão relativamente ao espaço parece estar igualmente associada à relação construída com as/os várias/os trabalhadoras/es do local, o que, naturalmente, impacta a perceção de acolhimento, mas que se parece traduzir-se num sentimento oposto ao que foi mencionado relativamente às/aos voluntárias/os.

Considerando o horário em que comparecia no alojamento social, só tive oportunidade de conhecer três seguranças, que se mostraram sempre prestáveis, e de observar algumas das funcionárias da cozinha no seu horário de saída. Contudo, pela voz das/dos residentes as relações são caracterizadas como estreitas e marcadas pela verticalidade, do ponto de vista hierárquico – coincidindo com o que foi anteriormente retratado no ponto “Rigidez e barreiras burocráticas”, relativo às relações de poder.

P (homem com cerca de 50 anos, primeira vez em situação de sem-abrigo no alojamento): (...) Mas isto aqui não é nada, os próprios funcionários não nos tratam de forma igual, há muita diferença e, se eles tiverem que colocar alguém lá fora, eles até ajudam a pessoa a sair. (*Alojamento Social, janeiro de 2025*)

Para além do local, das relações construídas no mesmo, o que também cria barreiras à construção de um sentimento de acolhimento no alojamento são as suas rotinas. Para além dos horários estabelecidos, como a saída dos quartos, as refeições e as entradas e saídas, a rotina do espaço revela-se praticamente inexistente, sem atividades estruturadas ao longo do dia.

Apesar de ser um alojamento que prevê o desenvolvimento das pessoas que acolhe, algumas delas apontaram não realizar atividades durante o dia, o que dificulta o desenvolvimento esperado.

Investigadora: Vocês durante o dia não fazem atividades?

M (senhora com 80 anos, em situação de sem-abrigo há vários anos): Atividades filha? (...) nós aqui não fazemos rigorosamente nada. Vou ser sincera, e perdoem-me a expressão, parecemos cães e cadelas metidos aqui. Metem-nos aqui dentro e pronto, e é isto. Não há uma palavra de alento. (*Alojamento Social, janeiro de 2025*)

A (mulher com 50 anos, primeira vez em situação de sem-abrigo no alojamento): Eu sinto falta de trabalhar, do meu trabalho de costura que era o meu ganha-pão, aqui não posso fazer nada, não me permitem mexer nas máquinas, já pedi à doutora mas não posso, tenho as máquinas ali paradas a um canto. Tento-me entreter com outras coisas durante o dia. (*Alojamento Social, março de 2025*)

A ausência de atividades quotidianas, contribui para uma perceção de tempo suspenso, onde a vida parece entrar em pausa.

P (homem com cerca de 50 anos, primeira vez em situação de sem-abrigo no alojamento): (...) e depois o que me assusta é, ok saio daqui e tenho que retomar a rotinas que aqui já não tenho...isso é toda uma grande questão, não sei como irei reagir a isso, voltar á vida (...) porque aqui a vida fica em suspenso, não há forma de não ficar, e quando tens de voltar a tua vida pensas como é que agora vais gerir isso? (*Alojamento Social, novembro de 2024*)

O sentimento de estagnação influencia a autoestima e a motivação, refletindo-se na forma como vão encaram o quotidiano, trazendo consequências na sua (re) integração social e laboral, para além de aumentar o receio destas retomas.

O interesse expresso no discurso dos/as participantes em desenvolver atividades e aprendizagens, e em criar uma rotina dentro do alojamento, revela a necessidade e importância de proporcionar estas possibilidades neste contexto. Um investimento que lhes permitiria preservar os seus hábitos e capacidades, e, eventualmente, desenvolver novos interesses e *hobbies*, que poderão contribuir para a sua integração, nomeadamente para o acesso a um futuro emprego. Contudo, os recursos necessários para realizar este tipo de atividades parecem inexistentes.

No entanto, a ausência destas oportunidades parece traduzir-se num sentimento de estagnação e numa visão sobre o alojamento enquanto um contexto sem finalidades positivas.

Além disso, esta inatividade descrita pelas/os participantes do estudo, poderá também ter algum impacto a construção das relações humanas dentro do alojamento, traduzindo-se na escassez de vínculos efetivamente desenvolvidos. Neste sentido, considera-se que o estabelecimento de uma rotina que contribuísse para promover um maior envolvimento com os pares, poderia proporcionar mais espaços e momentos para cultivar estas relações e potenciais amizades, contrariando a desconfiança e o afastamento patentes em diversas falas das pessoas participantes durante a investigação.

J (jovem com cerca de 30 anos, primeiro dia no alojamento): Aqui não se pode confiar em ninguém, mesmo lá em cima tem cacifos mas nem tranca têm...não vou deixar as minhas coisas por aí sozinhas. (*Alojamento Social, dezembro de 2024*)

Assim, o funcionamento do Alojamento Social foi frequentemente caracterizado pelas/os pessoas alojadas como um ambiente com regras rígidas, que condicionam tanto a sua participação na definição dessas normas, como o estabelecimento de um vínculo emocional com o espaço. Um distanciamento emocional que parece, por sua vez, contribuir para a falta de um sentimento de pertença, dificultando a integração e o desenvolvimento da autonomia pelo próprio alojamento. Deste modo, as perceções das/dos participantes, recolhidas neste local específico, corroboram o que foi destacado no ponto 6 do Relatório Final da Avaliação *ex-post* da Estratégia Nacional de Integração de Pessoas em Situação de Sem-abrigo 2017-2023 (SGMTSS, 2023), designadamente que:

(...) a falta de respostas, sobretudo em matéria de habitação, condiciona a eficácia da intervenção da estratégia junto de PSSA. A escassez de respostas de longa duração condiciona o tempo de permanência de PSSA em centros de acolhimento temporário, levando ao estrangulamento destas respostas que ficam com a sua capacidade de acolhimento muito limitada. No entanto, pode questionar-se se o tempo de permanência previsto para este tipo de alojamento é o mais indicado para uma população com percursos de exclusão prolongados. (p. 42)

Os resultados desta investigação, convergindo com a reflexão apresentada neste relatório, salientam a necessidade de problematizar a capacidade deste tipo de alojamento temporário para cumprir os seus propósitos. Além disso, evidenciam a importância de promover serviços com abordagens interventivas centradas na pessoa e na melhoria efetiva das suas condições de vida.

7. A educação (in)visível e os caminhos de integração social

Dando continuidade à análise das experiências e perspetivas das pessoas em situação de sem-abrigo, esta secção propõe-se compreender como e se a dimensão educativa está presente nas várias respostas sociais às quais acedem – respostas essas que visam a sua (re)integração na sociedade.

Enquanto etnógrafa, também mantive presente esta procura em interações, e nas relações e partilhas de conhecimento entre mim e as pessoas participantes.

Para que estas pessoas alcancem estabilidade no bem-estar e na sua saúde, profundamente afetados nesta condição, é essencial estarem integradas na comunidade. Devido às múltiplas exclusões sociais e discriminação de que são alvo, existe a necessidade de se desenvolverem respostas sociais que, reconheçam a integração social comunitária, antes e depois de estas pessoas alcançarem uma habitação (Marshall et al., 2020).

Para além da estabilidade habitacional, o apoio a estes sujeitos deve estar integrado em estratégias de intervenção ao nível individual e comunitário, que permitam identificar as causas individuais, estruturais e institucionais da exclusão social (Marshall et al., 2020). No entanto, ainda que se reconheçam respostas multidimensionais, a educação permanece praticamente ausente das principais orientações políticas em Portugal para pessoas em situação de sem-abrigo, neste caso na ENIPSSA 2017-2023. Nesta estratégia, apenas no eixo 2, focado no reforço de uma intervenção promotora de integração das pessoas em situação de sem-abrigo, é mencionada a educação, no objetivo 7B: "Disponibilizar soluções de capacitação, educação, formação profissional e inserção profissional".

A referência à educação surge de forma vaga e circunscrita a lógica de capacitação e formação profissional, privilegiando a educação como um meio para a empregabilidade. Esta visão não valoriza o potencial da educação enquanto promotora de construção de identidade, de cidadania e, de desenvolvimento, inviabilizando outras dimensões educativas fundamentais.

Desta forma, as políticas construídas para combater este fenómeno de exclusão social não contemplam a diversidade de expressões da educação ao longo da vida dos sujeitos. É neste contexto que este estudo, propõe analisar e refletir sobre o potencial transformador que educação pode desempenhar nestes processos de integração social.

Considerando que a educação ocorre em múltiplos lugares e tempos, abrangendo desde as formas mais tradicionais dos diferentes dispositivos de educação, até às

interações entre educação e as esferas da vida humana, como a cultura, a saúde e a economia (Baptista, 2015), tal como refere Azevedo (2009, p.16):

A análise de evolução dos sistemas educativos e das necessidades de todos os cidadãos de educação ao longo de toda a vida tem de ultrapassar uma perspectiva meramente centrada nas vertentes institucional e morfológica, para se abrir e dar conta do jogo local dos actores e das práticas comunitárias: centros educativos, escolas e centros de formação, directores, professores/formadores, autarquias, pais, alunos, empresários, instituições de solidariedade social, diversos actores e interesses sociais locais, mormente culturais e económicos, e sobretudo as suas relações e os laços que entretecem, o fechamento bem como a abertura e o acolhimento que criam uns face aos outros, o exercício concreto de direitos e deveres de uma cidadania activa e solidária, em prol de um superior bem comum, a participação democrática na tomada de decisões.

7.1. A educação formal nos processos de integração social para pessoas em situação de sem-abrigo

A educação mostrou-se maioritariamente invisível nos diálogos que estabeleci, surgindo apenas em algumas referências à participação em cursos EFA, como já mencionado em alguns discursos no subcapítulo das perspetivas positivas face às respostas sociais. Esta quase invisibilidade no discurso pode ser o reflexo da própria invisibilidade nas respostas estruturais.

Apesar de pouco mencionada, esta forma de educação aparece nos discursos com diversos significados, como mostram os relatos a seguir.

Investigadora: É abandonada a vossa casa é isso?

C (mulher com 40 anos, em situação de sem-abrigo há vários anos): Sim...não temos luz de forma legal percebemos..., mas arranjamo-nos

Investigadora: Já tentaram arranjar pelo menos um quarto?

C: Já, várias vezes, mas não está fácil, sabes que eu ando sempre de curso em curso, ele não trabalha...(Batalha, setembro de 2024)

A percepção de algumas pessoas sobre estas ofertas educativas pode ser bastante crítica, evidenciando frustração pela falta de resultados práticos:

A (homem com 60 anos, pernoita no aeroporto): Depois o Rui Moreira vem com a Erradicação da pobreza...sim é compreensível (...) também não se me sabem dizer aquele sítio que inventaram, o famoso IEFP, que só o diretor é que deve ter trabalho, aquilo servirá para quê? Não conheço uma

única pessoa que tenha conseguido emprego através do IEFP, e na altura em que lá estive a tirar um curso, no de Matosinhos, a técnica ainda me disse para eu não me queixar que estava a ganhar até demasiado a tirar aquele curso. Coitada, não devia era saber o que descontei no ano anterior...os pobrezinhos que se lixem. (*Batalha, fevereiro de 2025*)

Estes testemunhos ilustram que, para algumas pessoas em situação de sem-abrigo, os cursos acabam por ser percecionados como uma passagem – uma ocupação de tempo – que no final não traz mudanças significativas, principalmente ao nível do aumento da oferta de emprego.

Em contrapartida, como mencionado nas perspetivas positivas relativamente às respostas sociais, a educação de adultos é reconhecida pela sua capacidade de desenvolver conhecimentos e saberes. Destaca-se ainda a sua importância na promoção da educação formal ao longo da vida, através de diferentes cursos concebidos, precisamente, com essa finalidade. Estes descrevem processos empenhados no desenvolvimento dos sujeitos e que se focam na sua integração ativa nas mais diversas comunidades de pertença (Antunes, 2001).

Contudo, é importante reconhecer que, para pessoas em situação de sem-abrigo, o acesso a esta educação formal acarreta barreiras significativas. A ausência de condições básicas e fundamentais para a participação nestes espaços, como a habitação, a higiene, a saúde, a alimentação, dificulta o aproveitamento e a permanência – correspondendo, desta forma, a uma expressão de exclusões acumuladas.

Como é perceptível, esta foi a única forma de educação reconhecida, uma educação formal que permite desenvolver qualificações. A ENIPSSA 2017-2023 tende a reforçar a lógica utilitarista da educação, faltando reconhecê-la como um instrumento de cidadania ativa.

Embora a educação formal valorize as experiências e os conhecimentos dos seus sujeitos, não deve ser analisada de forma isolada. O seu papel na integração social depende de uma articulação com formas de educação não-formal e informal, que, como será analisado nos pontos seguintes, ganham significado nos processos de vida das pessoas em situação de sem-abrigo.

7.2. A relevância da educação não-formal nas respostas sociais

Ao contrário da educação formal, a educação não-formal permaneceu silenciosa ao longo da etnografia. Este silêncio pode indicar que tais práticas não ocorrem ou que, quando ocorrem, não são reconhecidas como educação, por não resultarem em certificação.

A Educação e Formação de Adultos, deve assumir a educação como um meio de desenvolvimento individual e comunitário, em que a pessoa é o sujeito principal, totalmente ativo no processo e nas dinâmicas sociais. A educação não-formal contribui exatamente nesse sentido, descrevendo-se como uma educação permanente, intencional, e que se dirige às pessoas, respondendo às suas necessidades (Silvestre, 2003).

Assim como Baptista (2015) refere, a educação deve possibilitar serviços de capacitação pessoal e institucional para qualificar as/os cidadãs/cidadãos para a sua participação.

Para públicos como as pessoas em situação de sem-abrigo, este tipo de educação tem ganho o seu destaque, sendo explorado por múltiplas organizações e instituições, através de projetos, onde trabalham dimensões individuais e coletivas, com vista à integração social. Como refere Silvestre (2003, p.185), “o desenvolvimento local, comunitário e pessoal é um processo interativo de conquista de autonomia por parte das populações, uma tomada de consciência das capacidades, potencialidades, recursos (naturais, humanos, materiais e financeiros) e relações com o meio...”.

Desta forma, entende-se que para compreender a integração social de pessoas em situação de sem-abrigo através da educação, é necessário analisar e desenvolver várias dimensões, das individuais às comunitárias. A realização de cada uma das pessoas, bem como a sua consciencialização para o desenvolvimento, para a participação democrática e autónoma nas suas comunidades, só é possível colocando a educação não-formal na sua vertente comunitária (Silvestre, 2003).

Para dar lugar a este desenvolvimento, os modelos de carácter assistencialista e compassivo (que sustentam a maioria das políticas sociais), devem ser acompanhados por modelos humanistas, ligados a uma racionalidade pedagógica, uma vez que produzem efeitos ao nível das dinâmicas de conhecimento social, com consequências significativas nas metodologias de intervenção (Baptista, 2015). Um grande exemplo desta lógica humanista é o modelo *Housing First*, já anteriormente referido. Partindo da habitação, ganha-se um espaço propício ao desenvolvimento da participação e da autonomia das pessoas em situação de sem-abrigo.

O trabalho levado a cabo pelo grupo de voluntariado, surge como uma resposta social também neste exemplo de modelo humanista, que visa promover a integração de quem se encontra nesta situação. Sendo parte do NPISA Porto, do eixo 6- Voluntariado, apresenta-se como um dos mecanismos de integração social, especialmente pensados na cidade do Porto, onde os grupos e as ações de voluntariado têm um grande investimento.

Esta ação voluntária, como descrita no ponto 4 desta dissertação, tem características específicas, permanecendo no terreno para disponibilizar informações

sobre diversos serviços ou, simplesmente, para conversar com quem assim deseje ou necessite, atuando sobre dimensões pessoais e comunitárias.

Para além destes dois principais eixos de intervenção, desenvolve mensalmente uma atividade temática, alusiva ao mês em questão, que é dinamizada em todos os locais de saída. Estas atividades têm como objetivos reforçar laços sociais e promover a participação das pessoas envolvidas, proporcionando momentos de partilha e de bem-estar.

Desta forma, esta iniciativa constitui também uma forma de educação não-formal, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, relacional e comunitário das pessoas em situação de sem-abrigo.



Figura 4- Atividade “flor do conhecimento”

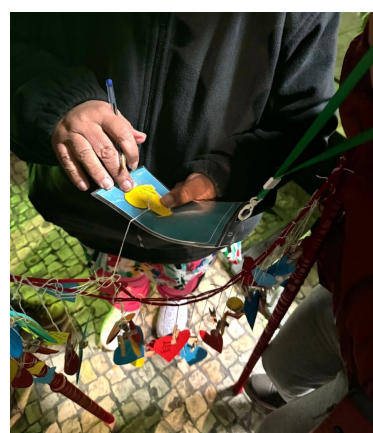


Figura 5- Atividade “estendal dos afetos”

A **Figura 4** ilustra uma atividade desenvolvida com o objetivo de promover a partilha de saberes individuais. As pessoas participantes preencheram em *post-its* um conhecimento ou saber que quisessem partilhar com o grupo.

Já a **Figura 5**, corresponde a uma atividade de cariz mais emocional, designada como o “estendal dos afetos”. Nela, os sujeitos puderam expressar sentimentos ou reflexões em pequenas cartolinas, em forma de coração, que foram colocadas num estendal. Estas mensagens podiam responder a perguntas colocadas pelas/os voluntárias/os sobre a temática dos afetos, ativando um momento de escuta interior, partilha emocional e reflexão.

Este exemplo, no qual participo diretamente enquanto voluntária, ilustra de forma clara como a educação não-formal – mesmo quando integrada em contextos de voluntariado – pode desempenhar um papel significativo na integração social de pessoas em situação de sem-abrigo. Favorece aprendizagens individuais e comunitárias, bem como o estabelecimento de relações sociais, dado que estas atividades tendem a reunir várias pessoas e a assumir, maioritariamente, um carácter coletivo.

É essencial referir que, quando questionadas diretamente sobre a sua participação em atividades no Alojamento Social – como abordado no ponto “Falta de vínculo e ausência de pertença ao Alojamento Social” –, estas pessoas responderam de forma clara: não participavam. Esta resposta negativa não foi surpreendente. Enquanto voluntária com presença regular no espaço, já conhecia, pelos testemunhos de outras pessoas acolhidas, que o alojamento apenas lhes servia para responder às necessidades mais básicas, como a alimentação, a higiene e o descanso – respostas de caráter mais assistencialista –, o que perpetua a invisibilidade do potencial da educação nestes contextos.

Assim, um espaço que, verdadeiramente, valorize o desenvolvimento das pessoas em situação de sem-abrigo, deveria abarcar propostas que ultrapassassem estas necessidades básicas, integrando dimensões educativas – formais, não-formais ou informais – que promovem o crescimento da autonomia, das relações humanas, e um maior sentimento de pertença à comunidade, entendendo a educação como uma prática libertadora.

7.3. A educação informal: o invisível no quotidiano

Para além da educação não-formal, marcada por atividades situadas e intencionais, o meu percurso como voluntária e, particularmente, estes últimos meses como investigadora, permitem-me afirmar que a educação informal também está presente nestas saídas, embora possa também não ser destacada pelas pessoas em situação de sem-abrigo.

Como explicitado no enquadramento conceptual, a educação informal pauta-se pelas experiências, conhecimentos e saberes que desenvolvemos ao longo da nossa trajetória de vida, sobretudo na partilha com os restantes membros da sociedade.

Nos últimos dois anos, através da convivência semanal com pessoas em situação de sem-abrigo, tenho observado trocas de saberes entre elas e experienciado aprendizagens significativas. Estas aprendizagens surgem das relações que se vão construindo e, que por sua vez, evidenciam o poder da educação informal – frequentemente desvalorizada, mas presente no quotidiano.

Assim, a educação informal promove efeitos que resultam do potencial educativo presente nos contextos em que as pessoas estão inseridas (Canário,1999). Desta forma, as interações dialógicas que promovi junto da A (mulher com 60 anos, primeira vez em situação de sem-abrigo no alojamento) e do P (homem com cerca de 50 anos, primeira vez em situação de sem-abrigo no alojamento), no Alojamento Social, foram as mais marcantes em termos de educação informal, evidenciando a presença deste potencial educativo nos territórios.

Há uma hora a conversar, sobre meditação, a importância de gostarmos de nós próprios e irmos trabalhando este aspeto. 3 almas se juntam e conversam, ultrapassando a barreira do frio que se encontra cá fora (...). Estar com estas duas pessoas é aprender durante uma hora várias coisas sobre a vida, sobre as relações humanas, e sobre como me quero posicionar como técnica, como voluntária, como investigadora. Ser próxima, ser um conforto, ser alguém que sorriem quando vêm chegar (...)
(*Alojamento Social, novembro de 2024*)

Como etnógrafa, tornou-se evidente que estas duas pessoas, que se cruzaram durante 3 meses neste centro, partilharam entre si e comigo, conhecimentos que só a vida pode ensinar, permitindo reconhecer o adquirido experiencial como uma prática que coloca os sujeitos como principais intervenientes do seu percurso formativo (Canário, 1999).

Entre os vários temas que debatemos, o que mais me marcou foi a forma como abordaram a questão da construção das relações humanas. À primeira vista, pode parecer um assunto banal, aparentemente esgotado, mas evidenciou-se o oposto. Enquanto um deles me ensinou sobre o poder do tempo – o tempo necessário para se criar uma relação, e o respeito pelo ritmo de cada pessoa neste processo –, a outra destacou e priorizou a importância do toque físico, como um abraço, que para ela representa um passo essencial na construção de uma amizade. Estas perspetivas revelaram não só a forma como cada uma destas pessoas constrói as suas relações, mas também como interpretam aquelas que resultaram e as que consideram falhadas, na vida de ambos.

Deste modo, destaca-se o papel central do diálogo, essencial para a educação e para a tornar cada vez mais libertadora. Tal como Freire (1996) defende, o diálogo é uma exigência existencial: é a partir dele que os sujeitos podem refletir, agir e autoconstruir-se na sociedade.

Foi significativo perceber como ambos enfrentaram desafios em respeitar aquilo que era mais importante para o outro: A teve dificuldade em compreender o valor do tempo, enquanto o P enfrentava alguns limites em relação ao toque físico, como forma de proximidade. No entanto, ao longo das semanas, este tema manteve-se presente, e foi notório o que cada um aprendeu com a visão do outro. Compreende-se, então, a capacidade do sujeito para tornar as suas experiências em como saberes (Canário, 1999).

A educação informal e a sua forte presença nesta relação, atuou também como um espaço de construção e reconstrução de identidades, permitindo, tal como Hall e Du Gay (1996) defendem, perspetivar a identidade como um processo e não como essência. As identidades não são estáticas, mas sim construídas dentro dos discursos e de práticas sociais, sendo reformuladas no processo de “tornar-se” e não do simplesmente “ser”. Falar de identidade não responde apenas às questões “quem sou?” ou de “onde vim?”, mas consiste na compreensão de que a identidade está em permanente construção.

Neste sentido, pode-se afirmar que as identidades são também produzidas em locais históricos ou institucionais, como é o caso do alojamento, um espaço definido através de regras institucionais e modos de estar. É pela sua especificidade que espaços como este também fortalecem este sentido da identidade de cada sujeito.

Estas aprendizagens foram mútuas: também eu, enquanto investigadora e voluntária, aprendi com os modos de estar e cuidar que as pessoas me revelaram. As suas reflexões e modos de ver o mundo foram uma fonte de conhecimento e transformação pessoal.

Desde que me conheceram e compreenderam qual era o meu papel no terreno, todas as semanas quiseram falar sobre a investigação e destacar alguns pontos que consideravam essenciais à postura e ao trabalho de agentes sociais. Deram-me conselhos, de forma a que, no futuro, possam existir melhores respostas sociais, que considerem as perspectivas das pessoas que vivem nas ruas, símbolo também da educação informal. Já o sabia, mas foi a partir das experiências das próprias pessoas em situação de sem-abrigo que se reforçou a importância dos intervenientes sociais estarem presentes nos contextos, conhecendo as suas populações, para dignificarem o seu trabalho.

Para além da educação informal se ter manifestado em aprendizagens de carácter mais pessoal e emocional, também se traduziu em saberes culturais. Na Batalha tive oportunidade de conhecer uma teoria da astrologia, uma temática que desconhecia até à data, e que explicita como é que a posição dos planetas afeta o nosso horóscopo. Para facilitar a compreensão, o sujeito de origem asiática elaborou este desenho:

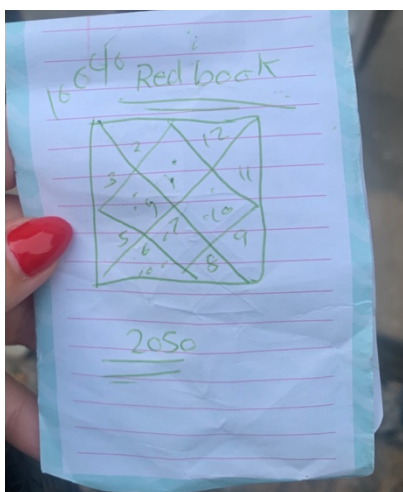


Figura 6- Desenho das casas dos planetas

Este momento representa a partilha de um modo de interpretar o mundo, demonstrando como a educação informal pode emergir de pequenas conversas e encontros. Nas interações com as pessoas em situação de sem-abrigo foi perceptível que partilham saberes, valores e visões do mundo que, nos dias de hoje, devido à pluralidade de culturas, são cada vez mais diversos.

Desde partilhas pessoais, de experiências ou sentimentos, até modos de se posicionarem no quotidiano, estas pessoas constroem as suas narrativas identitárias, evidenciando a importância da educação informal no desenvolvimento da identidade.

Esta forma de educação, ao estar presente em qualquer lugar e espaço, em momentos de diálogo, de partilhas, permite que as pessoas reflitam sobre questões sociais, sobre si mesmas, constituindo um espaço que, embora não seja intencional, é formador de identidade e agência, através da relação entre o sujeito e o ambiente social (Illeris, 2014).

Reconhecer e partir destas diferentes formas de educação, permite compreender uma noção diferente da aprendizagem. Esta aprendizagem considerada transformadora integra não só a dimensão cognitiva dos conhecimentos e competências mas, também a dimensão emocional e a motivação, assim como a dimensão social da comunicação e cooperação (Illeris, 2004). Neste sentido a educação informal emerge como um espaço de humanização, onde as pessoas em situação de sem-abrigo são produtoras de saberes, experiências, práticas, que desafiam a repensar a ação social e educativa. Reconhecer esta dimensão é mais um passo para dignificar a intervenção e construir respostas mais justas.

Considerações Finais

No presente estudo, procurou-se escutar as pessoas em situação de sem-abrigo, os seus percursos, as suas histórias e as suas perceções sobre as respostas sociais de integração social. Assim, esta investigação desenvolveu-se com a necessidade de desconstruir o estigma que recai sobre estas pessoas, estigma esse que nega a diversidade de situações, comportamentos, biografias (Aldeia, 2014). O preconceito associado às pessoas em situação de sem-abrigo também foi evidenciado pelas próprias, através dos seus discursos, demonstrando o grande caminho que ainda há que fazer para combater este estigma.

Esta investigação visou compreender as perspetivas das pessoas em situação de sem-abrigo relativamente às respostas sociais de integração social no Porto. Ainda que estas respostas estejam centradas, sobretudo, no esforço de colmatar várias das suas necessidades, foi importante manter também presente aquilo que estas pessoas representam, seres humanos com representações do mundo e de si mesmas/os, conhecimentos, desejos, valores e sentimentos (Aldeia, 2014), com uma humanidade que importa reconhecer.

A partir da etnografia de curta duração, foi possível captar de forma próxima as tensões entre acolhimento e exclusão. Os dados recolhidos, especialmente no Alojamento Social, demonstraram a promessa de um acolhimento mas, que se caracteriza como um espaço de pouca escuta, com uma vigilância constante, e frágil na criação de vínculos. Nos dois contextos investigativos, também foi possível evidenciar que várias respostas sociais continuam a reproduzir a exclusão, mesmo que os seus objetivos sejam a integração dos sujeitos na sociedade, sendo a condição de estar sem-abrigo a mais extrema e complexa da exclusão social (Bruto da Costa, 1998).

Nas diferentes perspetivas recolhidas, destacou-se o maior contacto com respostas assistencialistas, e a reduzida personalização dos acompanhamentos, demonstrando uma preocupação na gestão da pobreza em vez de trajetos centrados na pessoa em situação de sem-abrigo, marcando uma parte do ciclo da pobreza nos percursos destas pessoas: o planear uma vida com dignidade (Almeida et al., 1992). Para este fim, foi essencial estudar e analisar a ENIPSSA 2017-2023, de modo a reconhecer o enquadramento estratégico das políticas públicas dirigidas às pessoas em situação de sem-abrigo, comparando essas diretrizes com alguns dos olhares e experiências das próprias pessoas em situação de sem-abrigo. De certa forma, várias das conclusões presentes no relatório final *ex-post* da ENIPSSA 2017-2023 (SGMTSS), foram ao encontro de diversos discursos recolhidos, sobretudo no que toca à falta de respostas habitacionais

e na crítica ao acompanhamento por parte das/os gestoras/es de caso, dois pontos marcantes nas perspetivas das pessoas participantes.

A investigação também procurou analisar o papel da Educação de Adultos nestes processos através dos discursos das pessoas em situação de sem-abrigo, onde foi possível reconhecer a educação formal. Sabendo, pelo próprio curso que me propus a estudar, da relevância de trajetos educativos nestes processos de integração social, foi importante demonstrar também o poder da educação não-formal e informal, relacionando estas reflexões com autores como Freire (1996), Canário (1999) e Baptista (2015). Estas duas formas de educação foram visíveis desde o começo deste percurso investigativo – educação não-formal pelas atividades que o grupo de voluntariado se propõe a realizar, e a educação informal, pela observação participante de trocas de saberes e conhecimentos, tanto entre os participantes, como da parte deles para comigo.

A integração não se cinge apenas a encontrar uma solução habitacional, sendo necessário criar condições para o reencontro com a dignidade, e com o reconhecimento, apenas possíveis com respostas que respeitem tempos e histórias. Num contexto marcado por respostas sociais predominantemente baseadas em modelos institucionalizantes, torna-se urgente repensar as formas de intervenção junto das pessoas em situação de sem-abrigo. A persistência do estigma e do preconceito, e da rigidez das regras institucionais, revela serem insuficientes as respostas que se centram na pessoa.

Diante deste cenário, emerge em Portugal, ainda que de forma incipiente, o modelo *Housing First*. Com um grande foco nos Estados Unidos da América, resulta numa abordagem inversa da maioria das respostas sociais. Começa este processo pela atribuição de uma habitação e trabalha, durante todo o processo o desenvolvimento da autonomia, da estabilidade e da reconstrução de projetos de vida. Na Europa predominam os serviços de baixa intensidade sem foco direto na habitação, como os alojamentos temporários e as distribuições alimentares. (Nave et al., 2022).

No entanto, o modelo *Housing First*, propõe uma mudança pragmática – contrariamente à maioria das respostas sociais, que colocam a habitação como o último objetivo da intervenção, nesta abordagem é o ponto de partida. A intervenção técnica e o acompanhamento surgem ao longo do processo, partindo de uma habitação permanente e estável, que permite trabalhar a integração a vários níveis:

- Físico, possibilitando o acesso a recursos e serviços comunitários e a participação em atividades comunitárias;
- Social, onde podem surgir interações sociais no seio da comunidade em que se encontram;

- Psicológico, desenvolvendo desta forma um sentimento de pertença, uma melhor percepção de si mesma/o como uma/um membro/a pertencente à comunidade.

As dimensões social e psicológica assumem especial relevância para as pessoas em situação de sem-abrigo, de curta ou longa duração, uma vez que frequentemente experienciam sentimentos de solidão, rejeição e isolamento, e não usufruem das mesmas oportunidades de participação comunitária (Ornelas et al., 2014). Neste sentido, o modelo Housing First privilegia os direitos humanos, como o direito à habitação, garantindo o acesso a uma habitação permanente e a uma diversidade de serviços, nomeadamente de saúde mental. Parte da premissa de que uma mudança a longo prazo acontecerá se for incentivada num ambiente seguro e apoiado (O'Campo et al., 2022).

A resposta social *Housing First* é adaptada pelos países que a implementam, como é o caso de Portugal, que lançou o seu primeiro projeto *Housing First* em Lisboa, em 2009, ajustando-o às características nacionais e às suas necessidades específicas para colmatar esta problemática (Nave et al., 2022).

No relatório do *European Observatory on Homelessness* (Pleace, 2012) são explicitados os 3 principais grupos de serviços *Housing First*: *Pathways Housing First*, *Communal Housing First* e o *Housing First 'Light'*.

Como o próprio nome indica, o “Pathways Housing First” corresponde ao modelo mais utilizado, desenvolvido pela organização Pathways. Foi projetado com o objetivo de responder a diversas situações: problemas aditivos, doenças mentais, e comportamentos que derivam da sua presença prolongada em situação de sem-abrigo, como a falta de autoestima, e a percepção distorcida sobre si, questões relacionadas com o desemprego, como a baixa escolaridade ou a necessidade de apoio ao nível da saúde, entre outros (Pleace, 2012).

Tal como os restantes grupos, apresenta como uma das suas principais premissas contrariar os chamados “serviços de escada”, ao não exigir a participação em serviços ou programas sociais antes de se mudarem para a habitação (e.g., programas de desintoxicação). Assume, desta forma, um compromisso com aquelas/es que decidirem integrar um dos apartamentos, sendo o acompanhamento técnico adaptado ao tempo e às necessidades das/dos mesmas/os (Pleace, 2012).

Estas habitações estão devidamente integradas na comunidade, favorecendo a inclusão social, ao permitir que as pessoas se mantenham próximas das/os restantes cidadãos/aos e dos serviços disponíveis na cidade. O Housing first, inicia este processo pela habitação, procurando reduzir comportamentos de risco (embora estes não ponham em causa a sua habitação), favorecer a inclusão na vida social e comunitária, a integração no setor da empregabilidade e a participação em atividades produtivas e educativas. Parte

deste processo também se dedica à construção de amizades e ao (re)estabelecimento de ligações familiares, que possam estar perdidas (Pleace, 2012).

Por sua vez, no “Communal Housing First” as habitações e os serviços prestados encontram-se todos no mesmo edifício, juntando as pessoas em situação de sem-abrigo num único edifício. Embora possa simplificar o acesso aos diversos serviços, não integra as pessoas na comunidade como o modelo anterior. Já o “Housing First Light”, dedica-se a pessoas em situação de sem-abrigo de curta duração, ou a famílias que estejam em risco de estar nessa situação, por falta de condições económicas ou habitacionais (Pleace, 2012).

Em Portugal, o projeto piloto “Casas Primeiro”, financiado pela Câmara Municipal de Lisboa, foi implementado em colaboração com a Associação para o Estudo e Integração Psicossocial (AEIPS) e o ISPA - Instituto Universitário de Psicologia Aplicada. Inspirado no modelo *Housing First*, foi desenvolvido com o objetivo de ultrapassar abordagens tradicionais, dando especial atenção às pessoas em situação de sem-abrigo com problemas de saúde mental. Estas pessoas são integradas na comunidade, perto de múltiplos serviços, e acompanhadas por uma equipa multidisciplinar, que inclui pessoas que já tenham vivenciado a mesma situação. Este projeto mantém, ainda, as principais linhas do modelo, separando a habitação da obrigatoriedade de acesso aos serviços, implicando o pagamento de 30% do rendimento mensal destas pessoas para a renda e consumos domésticos (Ornelas & Duarte, 2018).

Um estudo realizado por Ornelas e Duarte (2018) acerca deste projeto refere taxas de manutenção habitacional de mais de 90%. Cerca de 80 das/os participantes destacou a sua permanência na habitação; 96% uma qualidade dos serviços de apoio prestados; 78% sentiu melhorias na saúde e no bem-estar; e, 98% evidenciou uma maior na segurança pessoal. Identifica, ainda, como grande fator de adesão ao projeto, o facto de este permitir o acesso a uma habitação individual. Além disso, várias/os participantes do estudo referiram que nunca tinham estado num abrigo pelo facto de estas respostas terem regras e horários muito rígidos e não se adaptarem às suas diferentes situações e necessidades reais, assim como devido à falta de privacidade e segurança que associam a estes espaços. Resultados que reforçam a relevância dos testemunhos da presente investigação e revelam que os apartamentos do modelo *Housing First* poderiam colmatar algumas das falhas apontadas ao alojamento. O custo deste projeto apresenta uma redução de 20% em comparação com outros estabelecimentos de alojamento temporário, constituindo um exemplo a nível nacional, que preparou o terreno para outras cidades seguirem as suas práticas e princípios, como é o caso da cidade do Porto, que arrancará em 2025 o seu primeiro projeto *Housing First*, com os Albergues do Porto.

Por fim, importa salientar que esta investigação também apresenta algumas limitações, em particular ao que respeita ao tempo de convivência e à observação participante. Embora esse tempo tenha sido significativo e tenha permitido recolher dados relevantes, o facto de a presença nos contextos de investigação estar limitada aos dias em que realizava voluntariado, pode ter condicionado a possibilidade de aprofundar determinados temas. Adicionalmente, a minha posição de investigadora foi inevitavelmente moldada pela relação prévia construída com algumas pessoas no papel de voluntária, o que exigiu reflexividade e um equilíbrio constante entre a proximidade e o distanciamento analítico.

Para investigações futuras, propõe-se o aprofundamento da influência da educação de adultos nos percursos de integração social, bem como estudos onde sejam analisadas as experiências de *Housing First* na cidade do Porto. Em termos políticos e institucionais, destaca-se a urgência de incluir as pessoas em situação de sem-abrigo na construção das respostas sociais. Assim, esta dissertação propõe-se afirmar que ninguém deve ser definido pelo lugar onde dorme, mas sim reconhecidos como sujeitos com possibilidades de sonhar, com casa, vida e pertença.

Referências bibliográficas

- Agulles, Juan. & Cárcel, Juan. (2023). Homeless people: Images and imaginaries. *Heliyon*, 10. Retirado de: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon2023.e23614>
- Aldeia, João. (2012). Investigar o fenómeno dos sem-abrigo. Em defesa de uma política ontológica declarada e preocupada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 97, 133-154. <https://doi.org/10.4000/rccs.4964>
- Almeida, João., et al. (1992). *Exclusão Social: Fatores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Amado, João. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*, (2ª edição). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amorim, José. (2006). *O impacto da educação e formação de adultos no desenvolvimento vocacional e da cidadania*. Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social: Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.
- Antunes, Conceição. (2001). *Teoria e Prática Pedagógica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Azevedo, Joaquim. (2009). A Educação de Todos e ao Longo de Toda a Vida e a Regulação Sociocomunitária da Educação. *Cadernos de Pedagogia Social*, 3, 9-34.
- Baptista, Isabel. (2015). Educação e políticas sociais- valores, conceitos e práticas. *Laplage em Revista*, 1(1), 9-16.
- Bento, António. & Barreto, Elias. (2002). *Sem-amor Sem-abrigo*. Lisboa: CLIMEPSI.
- Braun, Virginia & Clarke, Victoria. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Bruto da Costa, Alfredo. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gravina.
- Canário, Rui. (1999). *Educação de Adultos: Um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- Capucha, Luís. (2005). *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta.
- Caria, Telmo. (2003). *Experiência etnográfica em ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Castel, Robert. (1999). *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Gallimard.
- Clavel, Gilbert. (1998). *La Société D'Exclusion. Comprendre pour en sortir*. Editions L'Harmattan.
- Câmara Municipal do Porto. (2020). *Estratégia Municipal para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2020-2023)*. <https://coesaosocial.cmporto.pt/files/uploads/cms/coesaosocial/10/files/1641901433-isypJHAYbe.pdf>
- Creswell, John. (2013). *Qualitative Inquiry & Research Design: Choosing among Five Approaches (3rd ed.)*. Thousand Oaks, CA: SAGE.

- Denzin, Norman. & Lincoln, Yvonna. (2018). *The SAGE Handbook of Qualitative Research (5th ed.)*. Los Angeles, CA: SAGE.
- Espíndola, Marília., et al. (2020). Interpersonal relationships and drug use over time among homeless people: a qualitative study. *BMC Public Health*, 20: 1746. <https://bmcpublikealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-020-09880-2>
- Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. (2017). *ENIPSSA: Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo*. <https://www.enipssa.pt/enipssa>
- Faleiros, Vicente. (2006). *Inclusão social e cidadania*. 32ª International Conference on Social Welfare. Brasília.
- Fraga, Nuno., Pereira, Gorete. & Gonçalves, Glória. (2019). A Educação de Adultos nos espaços pedagógicos da Intervenção Comunitária. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 27(50). <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.4335>
- FEANTSA (2005). ETHOS – European Typology of Homelessness and Housing Exclusion. <https://www.feantsa.org/en/toolkit/2005/04/01/ethos-typology-on-homelessness-and-housing-exclusion>.
- Fernandes, Luís. (1995). O sítio das drogas: etnografia urbana dos territórios psicotrópicos. *Toxicodependências*, 2, 22-32.
- Fernandes, Luís. (2014). A exclusão social como revelador das relações entre violência estrutural e violência quotidiana. *QUADERNS-E*, 19(1), 175-186. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/73780/2/87522.pdf>
- Fowler, Patrick., et al. (2019). Solving Homelessness from a Complex Systems Perspective: Insights for Prevention Responses. *Annual Review of Public Health*, 40:465-86. <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-040617-013553>
- Freire, Paulo. (1975). *Pedagogia do Oprimido*, 2ª edição. Afrontamento/Porto.
- Freire, Paulo. (1979). *Conscientização- teoria e prática da libertação*. São Paulo.
- Freire, Paulo. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo.
- Goffman, Erving. (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspetiva.
- Goffman, Erving. (1963). *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Gohn, Maria. (2009). Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. *Meta Avaliação*, 1, 28-43.
- Guerra, Isabel. (2001). Intervenções face à Exclusão Social Urbana: Uma Luta Inglória? *Cidades-Comunidades e Territórios*, 2, 47-56. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3347/1/Cidades2001-2_Guerra.pdf
- Hall, Stuart. & Du Gay, Paul. (1996). *Questions of Cultural Identity*. SAGE Publications.

- Illeris, Knud. (2004). Transformative learning in the perspective of comprehensive learning theory. *Journal of Transformative Education*, 2(2), 79-89.
- Illeris, Knud. (2014). Transformative learning and identity. *Journal of Transformative Education*, 12(2), 148-163.
- Imaginário, Luís. (2000). *Aprendizagem dos Adultos, Definições*.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2009). *Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento, 2009–2015*. https://www.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015
- Jesus, Maria. (2008). *A Experiência de Sem-Abrigo como Promotora de Empoderamento Psicológico*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia. Universidade do Porto.
- Jesus, Maria. & Menezes, Isabel. (2010). A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. *Análise Psicológica*. 3 (XXVIII), 527-535.
- Kincheloe, Joe. et al. (2018). Critical pedagogy and qualitative research: Advancing the bricolage. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Research* (5th ed.), 235-260. Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Law, John. (2004). *After Method. Mess in Social Science Research*. London e New York: Routledge.
- Lima, Licínio & Afonso, Almerindo. (2006). Políticas públicas, novos contextos e actores em educação de adultos. In Lima, Licínio (Org.) *Educação Não Escolar de Adultos. Iniciativas de Educação e Formação em Contexto Associativo*, pp. 206-229. Braga, Universidade do Minho.
- Lynch, Philip. & Cole, Jacqueline. (2003). Homelessness and Human Rights: Regarding and Responding to Homelessness as a Human Rights Violation. *Melbourne Journal of International Law*, 4.
- Marinucci, Marco., et. al. (2023). On the lowest rung of the ladder: How social exclusion, perceived economic inequality and stigma increase homeless people's resignation. *British J Social Psychol*, 62(4), 1817-1838. <https://doi.org/10.1111/bjso.12657>
- Marshall, Carrie. et al. (2020). Effectiveness of interventions targeting community integration among individuals with lived experiences of homelessness: A systematic review. *Health Soc Care Community*. 28(6), 1843-1862. <https://doi.org/10.1111/hsc.13030>
- Martins, Paulo. (2018). *Modelo Housing First como percursor da mudança social transformativa: Uma perspectiva ecológica sobre o impacto da percepção da qualidade da casa e da escolha na integração comunitária no recovery e na qualidade de vida*. Tese de Doutoramento, ISPA.
- Melo, Alberto. (1996). Que educação de adultos para uma sociedade de mutação? In *Educação de Adultos em Portugal: Situação e Perspetivas*, 19-26. Comissão Organizadora das Jornadas de Educação de adultos em Portugal: Coimbra.

- Melo, Alberto. (2011). *A Educação Permanente, Guia de Vida e Manifesto Político nas Encruzilhadas da Humanidade*. Comunicação apresentada na Conferência de Abertura nas II Jornadas de Educação de Adultos, Universidade de Coimbra. http://www.apcep.pt/userfiles/educ_permanente.pdf
- Menezes, Filipa. (2012). *Percursos sem-abrigo: Histórias das ruas de Paris, Lisboa e Londres*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Metrogos, Maria. (2017). *Identidade e Desafiliação: Histórias de vida Sem-Abrigo*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15094/1/Tese%20-%20Identidade%20e%20Desafiliação%20Histórias%20de%20Vida%20Sem-Abrigo.pdf>
- Miler, Joanna., et al. (2020). Provision of peer support at the intersection of homelessness and problem substance use services: a systematic 'state of the art' review. *BMC Public Health* 20:641. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-8407-4>
- Monteiro, A. (2008). Adult learning towards an autonomous and active citizenship: the example of an adult education and training plan based on a 'pragmatics of responsibility'. In A. Frago-so, E. Kurantowicz e E. Lucio-Villegas (eds). *Local in Global – Adult Learning and Community Development* (pp.144-156). Wroclaw: Wydawnictwo Naukowe.
- Monteiro, Alcides. (2011). Autonomia e co-responsabilidade ou o lugar da Educação de Adultos na luta pela inclusão social. *Revista Lusófona de Educação*, 19, 67-83.
- Nave, Américo., et al. (2022). *Cadernos Técnicos SCML 12 - Pessoas em Situação de Sem-Abrigo*. Centro Editorial da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Neves, Tiago. (1998). *Etnografia das drogas no Bairro do Cerco do Porto: a economia subterrânea*. 6º congresso internacional de estudantes de Antropologia.
- Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Porto (s.d). <https://coesaosocial.cm-porto.pt/pessoas-em-situacao-sem-abrigo/npisa-porto>.
- O'Campo, Patricia., et al. (2022). Health and social outcomes in the Housing First model: Testing the theory of change. *EClinicalMedicine*, 47:101387. <https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2022.101387>
- Ornelas, José. & Duarte, Teresa. (2018). Housing First au Portugal: Un exemple de changement social. *Vie Sociale*, 23-24(3), 137-150. <http://dx.doi.org/10.3917/vsoc.183.0137>
- Ornelas, José., et al. (2014). Housing First: An Ecological Approach to Promoting Community Integration. *European Journal of Homelessness*, 8(1), 29-56. https://www.feantsaresearch.org/download/article-02_8-17202003192087929062.pdf
- Pais, Machado, José. (2002). *Sociologia da vida quotidiana: Teorias, métodos e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, Machado, José. (2006). *Nos rastros da solidão, deambulações sociológicas*. Porto: Âmbar.
- Paugam, Serge. (1996a). *L'Exclusion: l'Etat des Savoirs*. Paris, La Découverte.

- Paugam, Serge. (2009). *Le lien social* (2ª Ed.). Paris, La Découverte.
- Pereira, Ana Cristina., et al. (2017). *As Vozes do silêncio: Um grupo de sem-abrigo à conquista de cidadania*. Porto: APURO- Associação Cultural e Filantrópica.
- Pinto, Mariana (3 de junho, 2024). Câmara diz que há menos sem-abrigo no Porto, mas não conta imigrantes irregulares. *Público*. <https://www.publico.pt/2024/06/03/local/noticia/camara-ha-menos-semabrigo-porto-nao-counta-imigrantes-irregulares-2092749>
- Pires, Ana. (2007). Reconhecimento e Validação das Aprendizagens Experienciais. Uma problemática educativa. *Sísifo/ Revista de Ciências da Educação*, 2, 5-20.
- Pleace, Nicholas. (2012). *Housing First*. European Observatory on Homelessness. FEANTSA. Retirado de: https://www.feantsaresearch.org/download/housing_first_pleace3790695452176551843.pdf
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2024. Diário da República 1ª série, 45. https://peessoas2030.gov.pt/wp-content/uploads/sites/19/2024/04/RCM-n.61.2024_02.04.pdf
- Rodrigues, Eduardo., et al. (1999). A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 9, 63-101. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8578/2/1468.pdf>
- Rosanvallon, Pierre. (1995). *La Nouvelle Question Sociale*. Paris: Seuil.
- Santos, Elizete. (2013). Segregação ou fragmentação socioespacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas. *Geotextos*, 9 (1), 41-70. <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v9i1.6767>
- Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2023). *Relatório final da avaliação ex post da Estratégia Nacional de integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 – Volume 1*. <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Relatório+Final+-++VOL+I/8547e0ca-630f-4119-ae87-bd4f4149712c>
- Semedo, Nelson. (2012). *Perspetiva do sem-abrigo para o futuro*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Silvestre, Carlos. (2003). *Educação/Formação de Adultos como dimensão dinamizadora do sistema educativo/formativo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Somerville, Peter. (2013). Understanding Homelessness. *Housing, Theory and Society*, 30(4), 384-415. <https://doi.org/10.1080/14036096.2012.756096>

Anexos

Anexo 1- Formulário para verificação de questões éticas

**U. PORTO**
FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO PORTO

MEFA

Formulário para verificação de questões éticas no âmbito da
dissertação

Este formulário visa avaliar se o projeto de investigação cumpre os requisitos éticos da investigação, ou se é necessária uma candidatura específica à Comissão de Ética da FPCEUP.

Este documento deve ser preenchido pela/o mestranda/o após discussão com o/a orientador/a na qualidade de investigador/a responsável pela investigação. O documento deve ser preenchido de forma clara e sucinta.

Antes de completar este formulário, por favor leia atentamente os seguintes documentos:

- Código Ético de Conduta Académica da Universidade do Porto
- Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

O preenchimento deste formulário deve ocorrer ANTES do início da recolha de informação empírica. Deve ser enviado para o SPG (spg@fpce.up.pt), assinado pelo/a mestrando/a e pelo(s)/a(s) orientador(es)/a(s). Será, então, reencaminhado para a Comissão Científica do MEFA para parecer e decisão final

Secção I: Detalhes do Projeto

Título: Integração social de pessoas em situação de sem-abrigo no Porto
Data prevista de início: 16 de setembro de 2024
Data prevista de conclusão: 11 de julho de 2025

Secção II: Detalhes da/o mestranda/o

Mestranda/o:	Inês Azevedo Barbosa
e-mail:	up202308862@up.pt
Orientador/a:	Ana Luísa Costa; Isabel Menezes

Secção III: Descrição do projeto (máximo de 100 palavras)

Faça uma breve descrição do projeto:

O projeto de investigação visa explorar as perspectivas da população em situação de sem-abrigo, no Porto, sobre os mecanismos/respostas sociais existentes para a sua integração social, assim como conhecer de perto e caracterizar este fenómeno, através da realização de uma etnografia, pelo reconhecimento da importância do contexto e de quem o habita.

Secção IV: Lista de requisitos éticos da investigação

Assinale, por favor, a opção que melhor corresponde ao seu estudo:

	SIM	NÃO
1. O projeto envolve participantes particularmente vulneráveis ou com menos capacidade de dar consentimento informado por razões das suas características ou da própria situação? - Se respondeu sim, que estratégias vai usar para garantir que os direitos a um consentimento informado são assegurados nestes casos? Faça uma descrição <i>sucinta</i> destas estratégias. A realização da etnografia conta, desde o seu começo, com uma conversa com as pessoas participantes, na qual são explicitados o estudo, o papel da investigadora no local, e o direito ao consentimento informado. A investigadora estará atenta às condições de participação daqueles e daquelas que concordarem participar nesta investigação e prevê a implementação das seguintes estratégias: - Certificar que o propósito da investigação a realizar e o papel da investigadora são compreendidos pelas pessoas participantes na investigação e que a eventual aceitação da participação é feita de forma livre e consciente; - Informar todos/as os/as participantes acerca do carácter voluntário da participação e da possibilidade de desistência e consequente eliminação de toda a informação disponibilizada; - Garantir que tudo o que for utilizado para recolha de dados, irá sem identificações, o que permite assegurar o seu anonimato; - Solicitar a sua permissão para citar o seu discurso, na íntegra ou pequenos excertos, para uso exclusivo desta investigação, e garantir a possibilidade de acesso a resultados da pesquisa.	X	☐
2. O estudo requer a colaboração de alguma organização para aceder a/os participantes? a. Se sim, essa colaboração já foi estabelecida? A colaboração já foi estabelecida com a organização, preservando desde o começo a confidencialidade dos dados e das pessoas participantes. b. Se sim, a investigação envolverá pessoas cujo estatuto nesse contexto institucional as coloca numa situação que limita a sua possibilidade de se recusarem participar na investigação (por exemplo, profissionais da organização, residentes de um lar, pessoas em situação de reclusão)? Se sim, que estratégias vai usar para garantir que os direitos a um consentimento informado são assegurados nestes casos? Faça uma descrição <i>sucinta</i> destas estratégias.	X X	☐ X

Embora não se antecipe que o estatuto das pessoas participantes neste contexto institucional as coloque numa situação que limita a sua possibilidade de se recusarem participar na investigação, serão tidas em consideração as estratégias mencionadas previamente, no ponto 1 desta secção, para garantir os direitos ao consentimento informado.		
3. Será necessário que os participantes façam parte do estudo sem disso terem conhecimento ou consentimento informado no momento da recolha de dados (e.g., observação coberta das pessoas em espaços não-públicos)?	☐	X
4. É possível assegurar o anonimato das/os participantes? Se não, que estratégias vai usar para garantir que daí não advêm consequências negativas para a/os participantes? Faça uma descrição <i>sucinta</i> destas estratégias.	X	☐
5. É possível assegurar a confidencialidade dos dados? Que estratégias vai usar para garantir essa confidencialidade, incluindo no arquivo de materiais de investigação (gravações áudio e vídeo, questionários, bases de dados)? Faça uma descrição <i>sucinta</i> destas estratégias. A estratégia principal consiste na garantia de que o acesso às notas de terreno é exclusivamente realizado pela investigadora e pelas orientadoras deste estudo. Além disso, nas notas de terreno, não constam nomes das pessoas participantes, nem dados que as possam comprometer.	X	☐
6. O estudo pode induzir algum tipo de desconforto ou ansiedade passíveis de causarem consequências negativas para a/os participantes? Se sim, que estratégias vai usar para garantir que a/os participantes possam ter algum tipo de apoio em lidar com essas consequências? Dê uma explicação <i>sucinta</i> destas estratégias. Caso surja desconforto ou ansiedade no decorrer da investigação, a investigadora encaminhará os/as participantes em questão para as respostas sociais existentes, que permitam colmatar este tipo de consequências (e.g., apoio psicológico).	X	☐
7. O estudo envolve algum tipo de incentivo à participação? Se sim, quais? Dê uma explicação destes incentivos e da sua razão de ser.	☐	X

--	--	--

Este formulário será objeto de avaliação pela Comissão Científica do Mestrado em Educação e Formação de Adultos (MEFA), no início do processo de recolha de informação empírica, que pode aprovar o projeto ou requerer que seja submetido à Comissão de Ética da FPCEUP para avaliação suplementar. Nesse caso, a/o mestranda/o deverá preencher o formulário próprio da Comissão e seguir as indicações constantes em https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/web_base_gera_pagina?p_pagina=comissao_etica

Em todo o caso, é sempre da responsabilidade do/a orientador/a e da/o mestranda/o o cumprimento dos requisitos éticos de investigação, o que implica assegurar que é providenciada informação adequada sobre o estudo às/aos participantes, que existem formulários (ou processos) claros e adequados para a obtenção de consentimento informado, que há dispositivos para assegurar a confidencialidade das informações recolhidas.

Deverão ser anexados os termos de consentimento informado a usar na relação com os/as participantes na investigação.

Assinatura da/o mestranda/o:	<i>Mês Barros</i>
Data:	20 de março de 2025
Assinatura do(s)/a(s) orientador(es)/a(s):	<i>Am. Costa, Isabel Amenczer</i>
Data:	20 de março de 2025

PARECER DA CC DO MEFA	
☒	A/O mestranda/o conhece os códigos de ética da UPorto e da SPCE.
☒	A/O mestranda/o tem as competências necessárias para conduzir o estudo.
☒	A informação a ser dada aos participantes no estudo é apropriada, clara e suficiente.
☒	Os procedimentos de recrutamento e obtenção de consentimento informado são adequados.
☒	As/Os participantes serão explicitamente informadas/os no início do projeto do seu direito em abandonar a investigação a qualquer momento.
☐	Foi realizada uma avaliação de riscos, havendo um plano alternativo de investigação em caso de dificuldades na implementação do projeto.
Decisão final	
☒	O projeto cumpre os requisitos éticos e tem parecer favorável.

☐	O projeto deve ser submetido para parecer à Comissão de Ética da FPCEUP.
Assinatura pela Comissão Científica do MEFA:	
<i>José Carlos Pereira Caramelo</i>	
Data:	<i>31/03/2025</i>